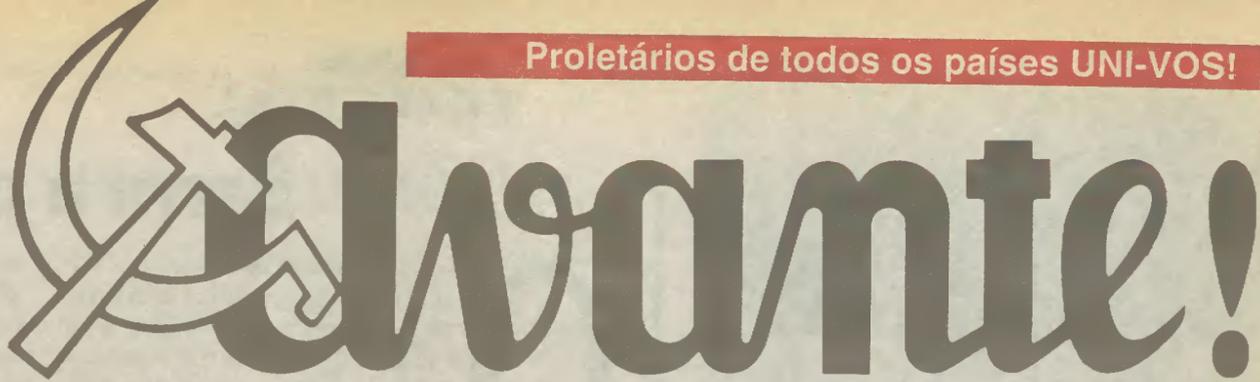


Só faltam 15 dias

Proletários de todos os países UNI-VOS!



Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 21 de Agosto de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1238 • Director: Carlos Brito



TAP CT GARANTE UNIDADE

O conflito entre os pilotos, por um lado, e a administração e o Governo, por outro, foi acompanhado em todos os momentos pela Comissão de Trabalhadores da TAP, que manteve como objectivo central preservar o direito à negociação, contra a requisição civil, e reforçar a unidade dos trabalhadores, abalada pelas diferenças de interesses em causa e por manobras que pretendiam semear a divisão. Págs. 5 e 6

EM FOCO

As perversões de uma certa democracia

Ao confrontar os recentes resultados dos referendos feitos aos operários de Clabecq e de Vilvorde, após meses de luta social muito dura, sinto-me tentado a fazer um rápido balanço, com convite a reflexão.

■ Sérgio Ribeiro Pág. 17

InterMEDIações Nas mãos dos mais ricos

Facilmente verificaremos que nas mãos dos «mais ricos» está quase tudo ou, em alguns sectores, tudo o que de mais significativo existe no nosso país em termos de jornais diários, semanários, revistas populares, rádio (excluindo as do Estado e da Igreja Católica) e TV privada.

■ Fernando Correia Pág. 19

Os partidos políticos

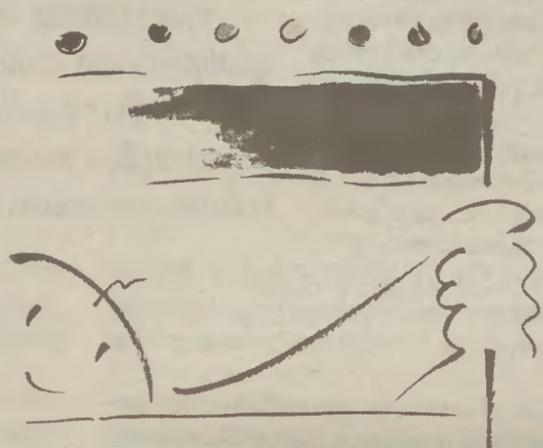
Noções históricas e sociais básicas

■ Pedro Ramos de Almeida Pág. 16

A medição do privilégio

Concentração da propriedade nos EUA

■ Jorge Figueiredo Pág. 16



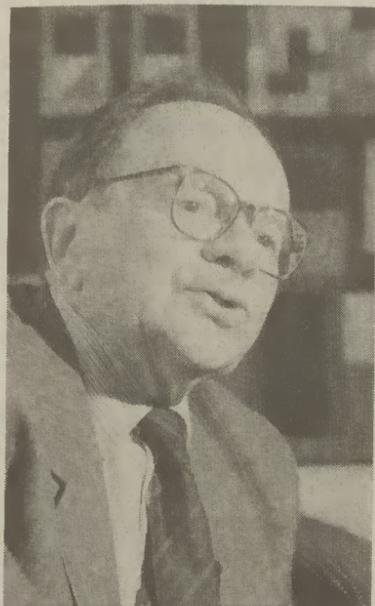
Campanha nacional de fundos
200 mil contos para o Partido
Dar mais força à CDU
nas eleições autárquicas
PCP

Campanha Nacional de Fundos

Já chegámos aos aos

Pág. 7

100 mil contos!



Da Rússia de ruínas e esperança a Cuba como pátria do Homem

Entrevista com Henri Alleg

■ Miguel Urbano Rodrigues

Págs. 10 e 15

EDITORIAL

Barro à parede



A CGTP exige aumentos salariais reais em 1998

RESUMO

13
Quarta-feira

O PCP e o PS insurgem-se contra o uso dado à bandeira nacional na última campanha do PP ■ O Sindicato dos Pilotos recusa o aumento de horas de voo, no mesmo dia em que a administração da TAP instaura cinco processos a pilotos ■ Nove membros do Grupo Folclórico de Mourisca do Vouga morrem num acidente de viação, em França ■ Depois de se reunir com o primeiro-ministro israelita, o rei Hussein da Jordânia diz que o processo de paz vive um «momento muito perigoso» ■ A troika de observadores do processo de paz angolano não subscreve as sugestões da UNITA para tentar impedir a ONU de aprovar sanções contra o partido.

14
Quinta-feira

Os guardas florestais iniciam uma greve de dois dias protestando contra a não aprovação de um projecto sobre a revalorização da carreira ■ O PSD afirma o seu apoio a Carlos Azeredo no caso do «ouro nazi» ■ A marinha portuguesa detém um mestre pescador espanhol detectado em situação ilegal em águas nacionais ■ Vem a público que a PJ está a investigar uma possível burla no BNU envolvendo directores do banco ■ A ONU considera insuficientes os números fornecidos pela UNITA relativamente aos seus efectivos armados ■ Os dois cosmonautas russos da MIR regressam a terra, terminando uma difícil missão de seis meses.

15
Sexta-feira

Os pilotos da TAP desmarcam a greve aos voos não programados e João Cravinho promete desistir do regime de excepção que os obriga a voar mais horas no Verão ■ Dois ataques de grupos de extrema-direita fazem 18 mortos na Colômbia ■ O secretário-geral da ONU afirma que está a fazer todos os esforços para que se realize um encontro entre Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi ■ As facções congolenses retomam as negociações em Libreville ■ A Índia celebra os 50 anos da sua independência.

16
Sábado

A Indonésia reduz três meses à pena de 20 anos de Xanana Gusmão ■ Yasser Arafat adverte o primeiro-ministro israelita para a possibilidade do regresso à Intifa-

da, caso as sanções judaicas aos territórios palestinianos não sejam levantadas, e apela a um boicote aos produtos israelitas... ■ ... no mesmo dia em que a aviação israelita faz mais um raide contra uma organização palestiniana no sul do Líbano ■ Os combates em Brazzaville, Congo, cessam ■ A Greenpeace tenta impedir o avanço de uma plataforma petrolífera até à costa escocesa, sem obter bons resultados.

17
Domingo

Carlos Azeredo, o candidato PSD/PP à CM do Porto, reitera as críticas à eventual devolução do ouro entregue pela Alemanha nazi a Portugal e ao tribunal de Nuremberga, num novo artigo de opinião ■ Um operário da Expo morre na sequência de um acidente com uma grua ■ As negociações dos líderes cipriotas terminam em Glion, sem que se registem quaisquer avanços ■ Madeleine Albright, secretária de Estado norte-americana, anuncia que só se desloca ao Médio Oriente quando israelitas e palestinianos chegarem a acordo no que respeita à questão da segurança.

18
Segunda-feira

A CGTP-IN considera que a intenção do ministro das Finanças de limitar os aumentos salariais para 1998 a 2,6 por cento é uma «atitude lamentável e prepotente» ■ A população de Cabanelas volta a exigir a expulsão dos ciganos na Câmara Municipal de Vila Verde ■ Ocorrem bombardeamentos cruzados no sul do Líbano entre israelitas e libaneses ■ Boris Ieltsin encontra-se com o presidente da Tchetchénia, sem que resolvam a questão da independência da república ■ Uma nova avaria na Mir põe a estação espacial sem controlo, a girar sobre si própria ■ Iniciam-se as XII Jornadas Mundiais da Juventude, em Paris.

19
Terça-feira

A administração da UPS chega a acordo com os trabalhadores em greve e concorda aumentar os salários, criar empregos e melhorar as reformas ■ Yasser Arafat considera insuficiente o aligeiramento do bloqueio israelita à Autoridade Palestiniana ■ Ripostando aos ataques israelitas, o Hezbollah bombardeia o norte de Israel provocando um ferido ligeiro ■ No Camboja, Phnom Penh anuncia a queda do último reduto realista.



Governo continua a apostar na degradação salarial. Tal é a conclusão que se pode retirar da fuga organizada pelo Ministério das Finanças e que deu origem à «manchete» do Diário de Notícias da passada segunda-feira.

«Salários só aumentam 2,6%. O ponto de partida para o próximo ano está fixado. Sousa Franco nem quer ouvir falar nos três

por cento» - titulava o jornal.

Os meios sindicais reagiram de pronto contra esta tentativa de condicionar e rebaixar desde já as expectativas dos trabalhadores nas negociações que vão seguir-se.

A manobra não é nova e foi largamente usada pelos governos de Cavaco Silva e pelo próprio governo PS o ano passado. Como salientou a CGTP: «O processo foi sempre o de criar um «tecto salarial psicológico» para depois influenciar a negociação colectiva e os processos de concertação social.»

Ao anunciar um referencial de 2,6% para os aumentos salariais do próximo ano, o Governo atira o barro à parede a ver se pega e desencoraja a luta dos trabalhadores, mas explicita, em qualquer caso, a intenção de prosseguir a política de contenção e mesmo de redução dos salários reais.

O Ministério das Finanças não curou, é claro, ao organizar a fuga, de referir minimamente o quadro económico em que se insere semelhante proposta salarial nem quanto aos ganhos de produtividade, nem em relação ao peso relativo dos salários e à sua evolução, nem quanto às consequências da carga fiscal que recai sobretudo nos rendimentos do trabalho.

A obsessão do cumprimento do critério de Maastricht quanto à inflação é o grande argumento em que o Governo estriba, como habitualmente, a defesa do seu referencial. Mas já se percebe pelo texto do «DN» que um outro argumento será usado também: a perspectiva de «uma ligeira desaceleração da actividade económica» no próximo ano.

Quer dizer, o Governo, que tem exaltado as suas proezas em matéria de crescimento económico, recusando todas as reservas das oposições, agora, que se trata de definir a política salarial para o próximo, é que se prepara para chorar as más perspectivas económicas e pretender que sejam os trabalhadores a pagar mais uma vez as consequências.

O número avançado pelo Governo como referencial de aumento de salários «é de todo em todo inaceitável», afirmou Carlos Luís Figueiras, da Comissão Política do PCP, em declaração ao «DN», salientando mais à frente: «em domínios como o da alimentação, educação e saúde, em especial no que toca aos medicamentos, o aumento de preços é bastante superior».

Além disso, como é sabido, os salários em Portugal são dos mais baixos da União Europeia, não têm acompanhado o crescimento da produtividade, são os mais sobrecarregados de impostos, traduzindo-se tudo isto numa repartição do rendimento nacional cada vez mais injusta.

No interesse do próprio desenvolvimento do País, esta situação tem que ser radicalmente alterada.

Com toda a oportunidade, a CGTP-IN sustentou, na con-

ferência de imprensa, do passado dia 18, que «os aumentos de salários devem obedecer aos seguintes critérios: aumento do custo de vida, aumento da produtividade; melhoria da distribuição do rendimento nacional a favor dos salários; aproximação dos salários portugueses aos salários da Comunidade».

O Coordenador da Central, em entrevista dada ao «Jornal de Notícias», no princípio do mês, afirmou: «Em Setembro estaremos aí em força e com novos ingredientes.»

É imperioso de facto que esta nova ofensiva do Governo no terreno salarial encontre pela frente uma resposta muito pronta, muito maciça e muito enérgica por parte dos trabalhadores.

Esta resposta é tanto mais essencial quanto é certo que, além da magna matéria dos salários, muitas outras da maior importância estão também colocadas aos trabalhadores na retomada do ano político e que vão desde as que se relaciona com os desenvolvimentos da revisão da Constituição até às questões do horário de trabalho e ao cumprimento das 40 horas, passando pelo regime de trabalho da função pública, o trabalho a tempo parcial, os debates em torno da segurança social e as alterações ao sistema nacional de saúde.

Ao anunciar um referencial de 2,6% para os aumentos salariais do próximo ano, o Governo atira o barro à parede a ver se pega e desencoraja a luta dos trabalhadores, mas explicita, em qualquer caso, a intenção de prosseguir a política de contenção e mesmo de redução dos salários reais.

Entretanto, o Governo vai organizando outras fugas sobre a elaboração do Orçamento para 1998, todas elas visando preparar os espíritos para «os sacrifícios exigidos pela moeda única». É o caso, por exemplo, da notícia do «Expresso», do passado sábado, anunciando drásticos cortes no investimento público para próximo ano, que, segundo aquele semanário, poderia baixar entre 30 e 50 por cento. É evidente que cortes destas natureza, se se vierem a verificar, terão as mais negativas consequências na economia do País e, em consequência, na sua situação social.

A grande preocupação do Governo em matéria orçamental continua a ser a votação do próprio Orçamento que ocorre em plena campanha eleitoral autárquica, devendo a aprovação estar concluída antes da data das eleições.

O primeiro-ministro teme visivelmente uma rasteira da parte de Marcelo Rebelo de Sousa e teme não dispor na altura de outro parceiro para fazer passar o Orçamento. No discurso que fez aos deputados do PS antes de partir para férias, Guterres insistiu por diversas vezes na «perfidia do PSD» e agitou ainda a ameaça das eleições antecipadas para tentar uma nova negociação entre os dois partidos: o PSD viabiliza o Orçamento nas votações na generalidade, especialidade e final global e o Governo PS não aumenta os impostos em relação a 1997.

É de registar que o primeiro-ministro reconheça por esta forma que a política dos dois partidos é tão semelhante que admite ser suficiente um entendimento sobre o aumento dos impostos para que o PSD possa comprometer-se a aprovar o Orçamento não conhecendo mais nada sobre ele.

As preocupações do Governo foram retomadas pelo ministro António Vitorino ao insistir, em discurso do passado domingo, que a estabilidade «exige que o PSD garanta o Orçamento».

Tudo indica, então, que vamos ter novos capítulos da telenovela dos arrufos, dos despiques e dos ataques entre PS e PSD para, é quase certo, acabarem nos braços um do outro num grande acordo, pois, o que está em causa entre eles não são os problemas do povo e do País, mas a mera disputa do poder para a execução de uma política que é essencialmente a mesma.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socim Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socim Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7^a-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7^a-A,
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linhó — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lz. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7^a-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7^a-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00;	50 números: 46 100\$00
25 números: 4 200\$00	
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

Reflexos do «ouro nazi»

Tudo indica que a coligação de direita para a Câmara do Porto arranhou uma grande carga de trabalhos ao escolher como cabeça de lista o general Carlos Azeredo.

É, no entanto, politicamente muito significativo que o PSD e o PP tenham feito esta escolha e que queiram mantê-la.

Na verdade, o antigo chefe da Casa Militar de Mário Soares demonstrou nos dois artigos que publicou no Jornal de Notícias - o que suscitou o escândalo e o que pretendeu corrigi-lo - a facilidade com que lhe foge a palavra para o discurso anti-semita tradicional, para branqueamento do nazismo e para a desculpabilização da colaboração de Salazar com as potências do «eixo».

Mas vai mais longe. Para exaltar o seu nacionalismo, o general não hesita tão-pouco em agitar o fantasma da ameaça de um «esbulho» de ouro português a favor de «uma organização não portuguesa» (judaica, claro) que poderia decorrer das investigações no Banco de Portugal. É também um expediente muito típico no discurso da extrema-direita!

Ora, tanto quanto se julga saber, as investigações em curso no Banco de Portugal não têm em vista a restituição, mas a reconstituição histórica das utilizações e dos percursos do ouro esbulhado às comunidades judaicas nos países ocupados pela Alemanha nazi.

Há que dizer, neste ponto, que ninguém melhor que Mário Soares está em condições de esclarecer a verdadeira natureza e os objectivos destas investigações, uma vez que é ele que está a supervisioná-las.

Depois das suspeitas de «esbulho» em que o general reincidiu no seu artigo de 17 de Agosto, o esclarecimento do Supervisor das investigações torna-se praticamente obrigatório.

A par de outros inexplicáveis silêncios, onde avulta o do loquaz Marcelo Rebelo de Sousa e demais dirigentes do PSD, o general vê-se rodeado de alguns apoios comprometedores não só para ele, mas para a sua candidatura e os partidos que a promoveram.

É o caso da Frente de Direita Nacional dos amigos de Le Pen que veio a público para se declarar em plena sintonia com as posições do general e do apoio que lhe foi declarado por

Alpoim Calvão, conotado assumidamente com a rede bombista e que, ao que consta, estaria indigitado para director da Pide quando o fascismo foi derrubado em 25 de Abril de 1974.

Também saíram em sua defesa, claro, Manuel Monteiro e Alberto João Jardim, com posições onde o anti-semitismo não chega sequer a ser disfarçado. É curioso que o último se tenha esquecido de esclarecer o episódio da entrega de armas à Flama por parte do general que um seu colega do PSD/M tinha revelado dias antes.

O que é a um tempo inquietante e esclarecedor neste episódio, ao lado das opiniões anti-semitas que suscitaram o justo protesto da comunidade judaica e a indignada reprovação da opinião democrática do país, são os alinhamentos que rapidamente se estabelecem entre forças da direita e da extrema-direita.

Assim, os reflexos do «ouro nazi» põem em evidência as concepções fascizantes latentes que sobrevivem mais de vinte anos depois do 25 de Abril e constituem uma permanente ameaça ao regime democrático no nosso país.

■ Carlos Brito

Quem são os «suspeitos»?

O deputado do PS, Dr. J. Magalhães, no «Público» 19/8, esforçou-se na defesa de um dos brincos da revisão constitucional que cozinhou à porta fechada com o PSD: a subtil alteração que abre a porta à detenção dos «suspeitos» que não apresentem B.I. (bilhete de identidade). Indigna-se o deputado Magalhães com o título que na véspera encimara a notícia: «Porta aberta a prisões arbitrárias», e com a afirmação do mesmo jornal de que o PS, no Governo, acaba por adoptar uma medida idêntica à proposta pelo Governo PSD, e que então condenara.

Defende-se o deputado Magalhães/PS clamando: «a solução agora aprovada (...) autoriza a detenção (...) apenas de "suspeitos" de crimes» (as aspas nos «suspeitos» são de JM). (O jornalista J.D. Miguel em nota ao artigo de JM, recorda oportunamente o precedente da Constituição salazarista de 1933 que, hipocritamente, remetia para o «legislador comum» as limitações e exclusões dos direitos e liberdades condescendentemente concedidos no famoso artº 8º).

Mas a vaga designação de «os suspeitos», a que o Dr. J. Magalhães reduz o rigor jurídico das suas leis, convida a algumas divagações, à margem da questão do B.I.

Na falta de uma clarificação de quem são os «suspeitos» do Dr. Magalhães, é legítimo, já agora, sugerir alguns critérios. Por exemplo: sob o título «Nós os ricos» no «Expresso» de 28/3 e «Os 10 mais ricos» no «Tal e Qual» de 28/2, publicavam-se curiosos dados sobre algumas das grandes fortunas do nosso país: 200 milhões de contos de A. Champalimaud (240 milhões segundo o «Expresso»); 150 milhões de Belmiro de Azevedo (220 segundo o «Expresso»); 135 milhões de M. Bouslous (160 segundo o «Expresso»); e por aí fora.

Não se justificarão «legítimas suspeitas» sobre a forma como foram amassadas estas fortunas? Veio também a lume, recentemente, que em Portugal, de 1990 a 1995, ficaram «os ricos mais ricos e os pobres mais pobres» (1ª página do «Público» de 25/7). Não será «legítima suspeita» considerar que esse resultado dos «anos de ouro» da política cavaquista

constitui crime contra o povo português? Mas também lemos (DN, 9/8) que «Lucros da banca chegaram aos 180 milhões no ano passado», que em 1997 se registou um «Semestre de ouro na banca portuguesa» (DN 4/8), e que «Banco Mello dispara lucros» (DN 7/8).

Não será «legítima suspeita» pensar que este regabofe de lucros está ligado à continuação da política PSD/Cavaco por parte do governo PS/Guterres? E não haverá «legítima suspeita» de crime quando confrontamos esses com outros títulos que dizem: «Há 420 mil sem emprego» (DN, 18/8); «Aumentos de salários limitados a 2,6% em 1998» (DN, 18/8)? Ou quando se regista que «os agregados com maiores níveis de rendimento consomem mensalmente tanto em bebidas alcoólicas como os mais pobres em carne e pão» (Público, 25/7)?

Mas não são estes, obviamente, os crimes e os «suspeitos» visados pelos acordos PS/PSD. Diz Magalhães, tranquilizador, que as detenções de «suspeitos» só se aplicarão «em relação a crimes concretos e não assente em preconceitos sociais, como o trajar e o falar». Podem «eles os ricos» respirar fundo: eles não praticam «crimes concretos» e, segundo os critérios do Dr. Magalhães, estão acima de toda a suspeita, nem precisam de apresentar BI: até trajam bem e falam bem.

Afinal, pensando melhor, a divagação que fizemos não é tão arbitrária como pode parecer. É que é legítima a suspeita de que esta e outras atitudes e medidas do PS restritivas do exercício das liberdades (lembram-se da proibição das manifestações nas estradas?) não estarão desligadas da preocupação em reduzir ou criminalizar formas de protesto daqueles que são atingidos pelo crescente desequilíbrio na distribuição da riqueza socialmente produzida, com a sua acumulação no pólo onde o poder económico se combina com os seus representantes no poder político.

Não será legítima a suspeita de que as posições políticas reflectem interesses de classe, deputado J. Magalhães, do PS?

■ Aurélio Santos

MODORRA pós-Amsterdão?

Não são as férias estivais que explicam a aparente modorra em que caiu a febre da «construção europeia» depois da cimeira de Amsterdão, em Maio último. Houve decerto uns ultras decepcionados que definiram Amsterdão como um fiasco, por não ter dado, com suficiente vigor (suicidiário) o «salto em frente» no domínio da chamada reforma das instituições. Outros, mais espertos, preferiram congratular-se em silêncio com o que de mais substancial (e gravoso para os povos) saiu de Amsterdão: a assinatura do «pacto de estabilidade», que perpetua para o futuro a austeridade orçamental *maastrichtiana*, sob pena de grossas sanções pecuniárias - o que a França teve a veledade de querer adiar, antes de se curvar. Alguns optimistas ingénuos regozijam-se (timidamente, é certo) com a introdução *in extremis* do emprego num mero codicilo anexo ao tratado e a promessa duma conferência sobre o emprego lá para fins de Novembro. E praticamente foi tudo. É difícil fazer um balanço seguro do estado das coisas pós-Amsterdão. Mas tudo aponta para que esta modorra notória traduza a resultante: maior confusão e incerteza quanto ao futuro.

Amsterdão não funcionou isolada numa redoma estanque. Os seus debates estiveram condicionados externamente por, pelo menos, dois factos «ambientais» de fundo. Um: A persistência dum *desemprego de massas insustentável*, em grande medida resultante da própria lógica desta «construção europeia», tornada férrea com Maastricht, mas que vem detrás: havia 7 milhões de desempregados quando da criação do SME (Sistema Monetário Europeu), hoje há 20 milhões - o que será então com a moeda única, para mais com o «pacto de estabilidade»? Dois: O *claro ascenso da resistência popular e cívica* ao desastroso curso neoliberal que vem devastando a situação social europeia, ascenso ainda irregular, insuficiente, mas já ameaçador na sua perspectiva para poder ser ignorado. Por isso (mas não só por isso), na redoma de Amsterdão *avivaram-se contradições internas* na grande barganha em curso da marcha forçada para a UEM e a moeda única. Há vultosos interesses que se chocam e soluções que se não logram impor aos parceiros. O motor franco-alemão está gripado. A Grã-Bretanha de Blair entra no jogo. A Itália recusa a secundarização. Mas sobretudo é a Alemanha, o patrão-mor, que se vê a braços com acrescidos problemas internos.

Está hoje claro que a posição da Alemanha está enfraquecida. O *diktat "Drei-komma-null"* (três vírgula zero, e ponto final) voltou-se contra si própria. Apesar de um brutal «plano de austeridade» e de várias «maningâncias contabilísticas» - afinal é a todopoderosa Alemanha que não consegue cumprir o fatídico 3,0% de defice orçamental em 1997, nem o rácio de 60% da dívida pública / PIB. Ainda há dias o conceituado instituto IFO aponta, respectivamente, 3,3% e 62%. Os critérios de Maastricht revelam-se na própria Alemanha estrondosamente contraproducentes, refreando o crescimento e aumentando o desemprego. Assim, reduzem-se as receitas orçamentais e aumentam as despesas. E enquanto a maioria dos alemães continua alérgica ao euro, quase não passa um dia em que se não levantem vozes desencontradas quanto aos critérios e datas da moeda única, inclusive nos meios do governo e no próprio *Bundesbank*. Kohl acaba de ver chumbada, entre o *Bundestag* e o *Bundesrat*, a reforma fiscal em que tanto se empenhou. E a campanha eleitoral, (apesar das eleições serem só para o Outono de 98) já está lançada, influenciando todos os passos, não só da oposição, mas sobretudo dos barões da coligação CDU/CSU/FDP, e dentro de cada uma destas forças. Quando Waigel abre a caixa de Pandora do financiamento da UE, reclamando drástica redução da contribuição germânica, usa um trunfo de chantagem sobre os parceiros da UE, mas está a jogar também no tabuleiro caseiro. Estão turvas as águas na Alemanha.

Mas não nos iludamos nós, povos, trabalhadores, forças de esquerda. Sob esta aparente modorra, os gnomos do cifrão não estão de férias, incansáveis na busca de saídas para os seus impasses. A meteorologia europeia pode prever tempo quente e ventos fortes para este Outono. Preparemos-nos nós também para agir.

■ Carlos Aboim Inglês



Foto: Jorge Caria

Morte na estrada

Nove mortos e 23 feridos, dois dos quais em estado grave, foi o trágico balanço do acidente que envolveu um autocarro que transportava o grupo folclórico da Vila de Mourisca do Vouga. Quando circulava de regresso a Portugal, na noite de 12 para 13, na Estrada Nacional 10 de França, entre Bordéus e Bayonne, junto à povoação de Lipostey, o autocarro colidiu violentamente com a traseira de um camião carregado de milho, que acabara de entrar na via principal proveniente de uma estrada particular.

O Rancho, que tem no seu currículo numerosas actuações em vários países europeus, regressava a Águeda após uma "tourneé" na Bélgica, onde se apresentou com sucesso, nomeadamente no Festival de Saint-Gillis-Waas.



Neonazis saem à rua

Activistas neonazis manifestaram-se na Dinamarca para assinalar o 10º aniversário da morte de Rudolf Hess, delírio de Hitler e seu mais directo colaborador. Exibindo bandeiras com a suástica e gritando a saudação hitleriana "Sieg Heil", percorreram ruas da cidade de Koeg, tendo agredido jornalistas presentes no local. Na Alemanha, apesar da proibição em se manifestarem, os nostálgicos de Hitler também saíram à rua, tendo-lhes sido apreendido material de todo do tipo: tacos de baseball, armas brancas, bandeiras nazis, emblemas e propaganda.

Estas manifestações decorreram poucos dias depois de mais um acto violento protagoni-

zado por skinheads contra cidadãos estrangeiros residentes na Alemanha. Um grupo no qual se encontravam dois militares, de 18 e 30 anos, ateou fogo a uma casa onde viviam italianos, o que veio trazer de novo a lume o problema da difusão de ideias nazis nas fileiras das Forças Armadas.

Não menos preocupante foi ainda o lançamento de um CD, "Norheim Vol 1", cujo conteúdo constitui um incitamento à violência contra os judeus. Posto à venda na Alemanha, o disco faz um apelo directo à morte dos judeus, juntando-se a outros trabalhos da mesma índole produzidos por grupos de extrema-direita, difundidos em CD e em espectáculos.



Privatização da Quimigal

A Quimigest, consórcio onde avulta o grupo de José Manuel de Mello, venceu o concurso de privatização da Quimigal. A decisão foi tomada no dia 14, em Conselho de Ministros, que se terá baseado no relatório elaborado pelo júri do concurso, no qual é afirmado que a proposta da Quimigest "distin-

gue-se, inequivocamente e de uma forma destacada, da proposta apresentada pela Quimifertil". A proposta deste agrupamento, constituído por quadros da empresa que se associaram a Horácio Roque, apesar de oferecer mais cerca de meio milhão de contos que a sua adversária pela alienação de

90 por cento do capital do grupo químico nacional, não foi suficiente para alterar a opinião do júri e do Governo.

O Grupo Mello, que sempre manteve curiosas e cordiais relações com os Governo PS desde o tempo em que Mário Soares desempenhou o cargo de Primeiro-Ministro, vê uma vez mais

satisfeitas as suas ambições, tornando-se dono da Quimigal, e assim concretizando mais uma rentável operação que lhe abre caminho - depois da sua reentrada na Banca e Seguros e dos contratos vantajosos que estabeleceu com o Estado sobre a Lisnave - para o alargamento do seu império.

Independência da Índia

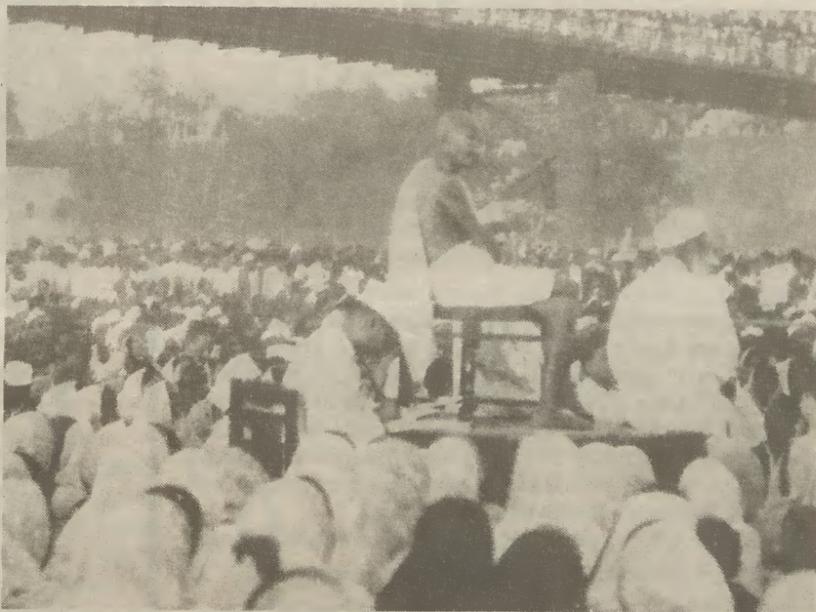
A Índia celebrou no dia 15 o cinquentenário da sua independência. Festejos, por todo o

país, assinalaram a data que pôs fim a quase um século de dominação britânica. "As doze bada-

ladas da meia-noite, quando o mundo estiver a dormir, a Índia acordará para a vida e para a li-

berdade." Proferidas por Nehru, na noite de 14 para 15 de Agosto de 1947, no discurso a que

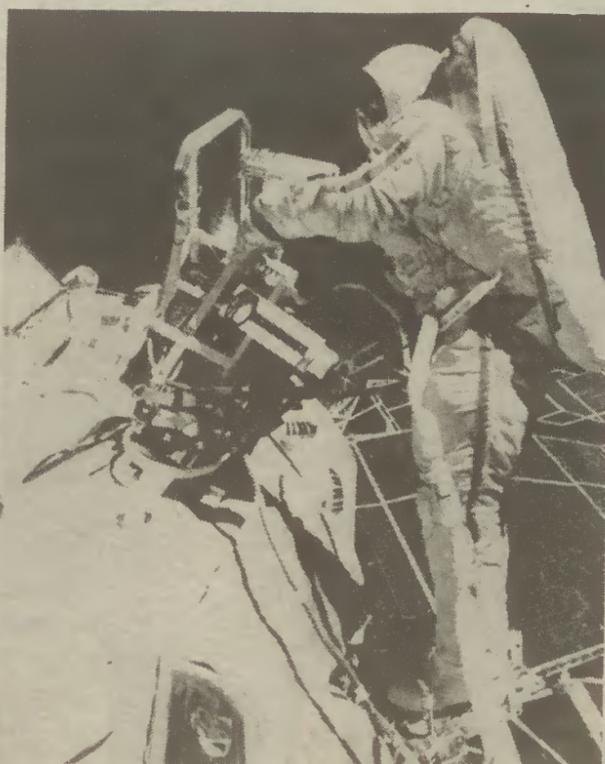
deu o nome de "Encontro com o destino", estas palavras voltaram a ser ouvidas na sessão especial com que o Parlamento de Nova Deli evocou a data histórica. Uma data libertadora que está inexoravelmente associada ao nome de Gandhi. Referência fundamental, cuja memória continua a estar presente, foi com ele, com o seu forte carisma e sob a sua liderança, que o povo recusou o controlo dos britânicos, trilhando o caminho de uma nova Índia.



Cosmonautas regressam da MIR

Após seis meses de permanência na estação orbital russa MIR, onde estiveram sujeitos a condições extremamente duras, regressaram à terra a bordo da nave Soiz os cosmonautas Vassily Tsiibliyev e Alexander Lazutkin. Foi uma missão marcada por uma série de acidentes que transformaram a sua estadia no espaço numa verdadeira odisséia recheada de perigos e contratemplos. Desde uma avaria de dois geradores de oxigénio até uma avaria no sistema de climatização, passando pela colisão de uma nave de carga comandada à distância que provocou um rombo na estação orbital, vários foram os infortúnios por que passaram o comandante Tsiibliyev e o engenheiro de voo Lazutkin.

Um primeiro inquérito libe-os de responsabilidades pelos incidentes ocorridos, e salienta a necessidade de analisar a "posição das autoridades que, da Terra, dirigiram o processo no espaço". O presidente Ieltsin, porém, em declarações públicas, já admitiu a hipótese de "erro humano" para explicar tantos percalços. O tempo dirá se as suas afirmações, arranjando um bode expiatório, não



visam esconder o estado actual de carências na Federação Russa e a própria degradação que atinge a estação MIR.

FRASES

“A escolha de Carlos Azeredo para a corrida à Câmara do Porto é um ‘acto falhado’ de consequências inimagináveis: obrigará a coligação PSD-PP a um permanente e desgastante ‘controlo de danos’.”

(Luís Delgado, «Diário de Notícias», 15.08.97)

“Quanto ao PSD, há silêncios ensurdecedores. E intoleráveis. Como é possível que homens como Francisco Balsemão, Rui Machete, Mota Amaral, Pedro Roseta, António Capucho, Miguel Veiga, Paulo Mendo, António Maria Pereira, Pacheco Pereira, Durão Barroso, aceitem ser cúmplices neste silêncio oficial do partido em nome de uma candidatura autárquica protagonizada por alguém que defende teses nazis? Não há limites para a “real politik”?”

(José Alberto Lemos, «Público», 16.08.97)

“E, por favor, não se desculpem dizendo que o País está a banhos. No Algarve também há telefones, faxes, modems e telemóveis. Hitler também invadiu a Polónia no Verão e os Aliados não disseram que estavam a banhos.”

(Idem, Ibidem)

“Vale mais uma atleta medalhada a subir ao pódio com a bandeira portuguesa do que todos os discursos de Monteiro. Há atletas de ouro que defendem a regionalização. São tão patriotas como o líder do PP. Ou mais. Abraçam-se à bandeira portuguesa na hora da vitória. Mas Monteiro é que já quase não tem nada que o faça correr.”

(Carlos Magno, «Diário de Notícias», 14.08.97)

“Os ministros passam e os cineastas ficam. Este ministro [Manuel Maria Carrilho] tem o poder de me impedir de filmar e eu não tenho o poder de o impedir de ser ministro. Mas, já que se trata de presunção contra presunção, a minha é a de que eu durarei como cineasta mais do que ele como ministro.”

(Luís Filipe Rocha, «DNA», 16.08.97)

“Vicente Jorge Silva era jornalista e manifestava a sua opinião na imprensa. Hoje, ainda assina uma coluna semanal num jornal diário. Mas esqueceu-se de tudo isso no momento em que declarou que a crítica ia dizer mal do seu primeiro filme porque «o país é pequeno» e todos são influenciados pelos conhecimentos pessoais que vão fazendo.”

(Pedro Rolo Duarte, «DNA», 16.08.97)

“As audiências sobem ou descem ao sabor da quantidade de roupa das meninas da televisão.”

(Título da «Visão»; 14.08.97)

TRABALHADORES

Mais forte que todas as dificuldades e manobras

O conflito entre os pilotos, por um lado, e a administração e o Governo, por outro, foi acompanhado em todos os momentos pela Comissão de Trabalhadores da TAP, que manteve como objectivo central preservar o direito à negociação, contra a requisição civil, e reforçar a unidade dos trabalhadores, abalada pelas diferenças de interesses em causa e por manobras que pretendiam semear a divisão.

■ Domingos Mealha
(texto)

■ Jorge Caria
(fotos)

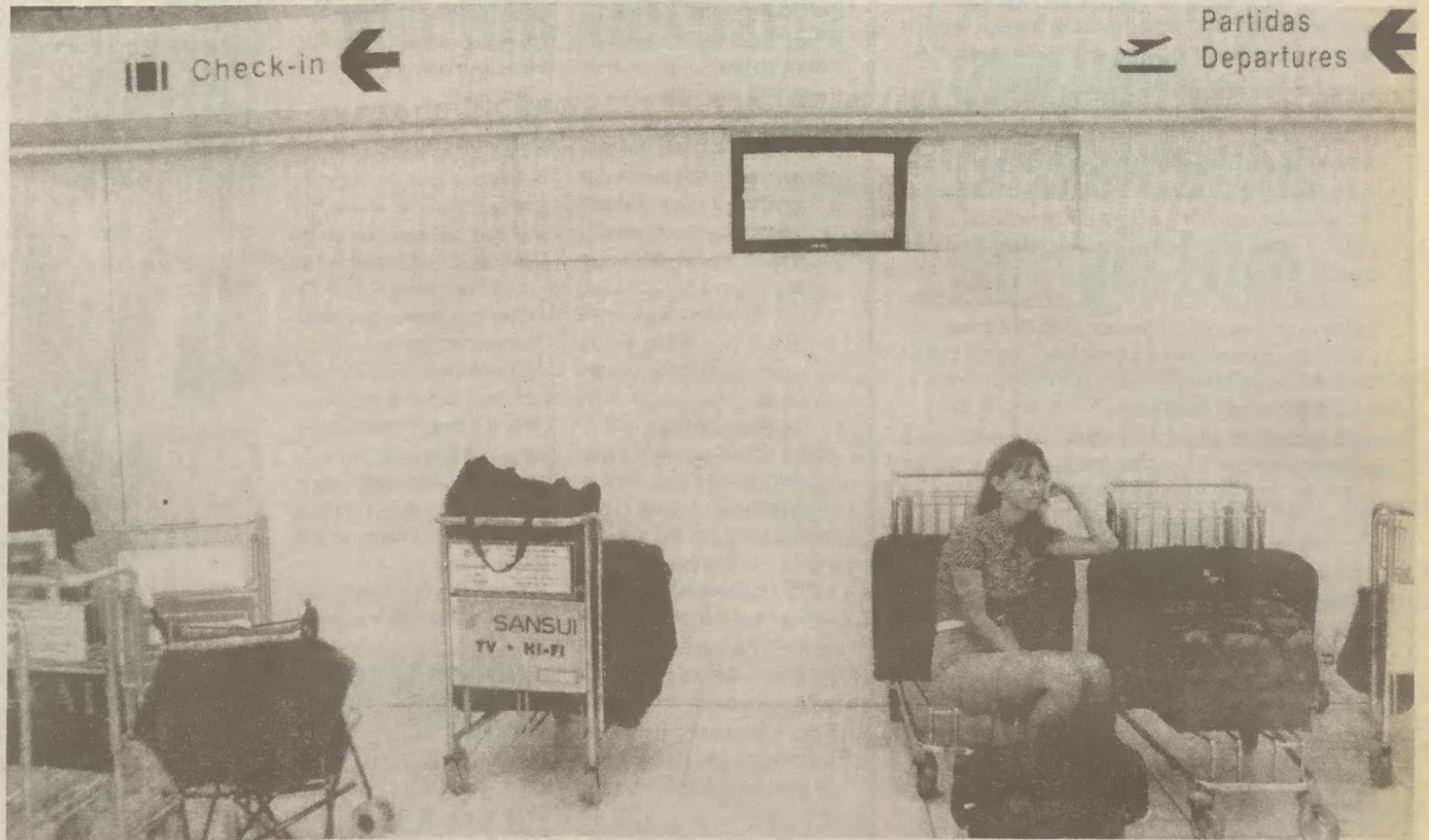
Uma vintena de jornalistas aguardou durante quase 9 horas, até à madrugada de 15 de Agosto, o desfecho da reunião entre o ministro João Cravinho e o Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil e a conferência de imprensa conjunta onde foi anunciado o fim da greve e da requisição civil na TAP.

Menorizada ou esquecida na generalidade das notícias, a presença de membros da Comissão de Trabalhadores, que às 6 horas da manhã ainda foram reunir com o ministro, teve ali um significado que foi justamente realçado pelas partes mais directamente envolvidas neste processo: a CT deu um importante contributo para combater uma maior radicalização de posições, evitar mais graves prejuízos para a empresa, garantir o respeito pelo direito à greve e à livre negociação das condições de trabalho, defender e reforçar a unidade dos trabalhadores.

«Ficou provado que a requisição civil e a imposição unilateral de medidas não resolvem os problemas da TAP», salientou ao «Avante!» Manuel Candeias, um dos membros da CT que mais de perto acompanharam o conflito. Preferindo não definir a posição da CT em termos de apoio ou oposição à luta dos pilotos, Manuel Candeias aponta as dificuldades próprias da situação da empresa e os obstáculos erguidos durante a greve, como forma de valorizar o resultado: a CT saiu mais prestigiada como órgão representativo de todos os trabalhadores da TAP e como parte indispensável a qualquer discussão sobre os destinos da empresa.

Futuro por discutir

Com toda a propriedade, o mais recente comunicado da CT, distribuído segunda-feira à tarde,



A cada vez maior radicalização de posições, por parte do Governo, do SPAC e de outros intervenientes no conflito da TAP, prejudicou a empresa, os passageiros e os trabalhadores e não contribuiu para uma discussão séria sobre o futuro da transportadora aérea nacional

Unidade dos trabalhadores reforçada pela CT da TAP

reafirma a disponibilidade para acompanhar a evolução dos acontecimentos após o acordo de dia 15 e marca uma posição de princípio para a intervenção nos próximos tempos: «Aguardamos os resultados económicos e financeiros do 3º trimestre deste ano, para encetarmos uma discussão com o Governo sobre o futuro da TAP, conforme nos foi solicitado pelo sr. ministro da Tutela.»

Para a CT, o acordo, «inserido em todo um processo complicado, salpicado de irredutibilidade e de desconfianças, criou boas condições para que o processo negocial decorra apenas com as dificuldades habituais das negociações».

Além do cancelamento das greves e da requisição civil, o SPAC e o Governo concordaram que «a nova regulamentação em preparação não impedirá a negociação laboral

sobre tempos de serviço de voo e de repouso de pilotos», como referem as conclusões da reunião realizada no Ministério do Equipamento. Aí se prevê que eventuais divergências serão resolvidas através de arbitragem, cujos princípios também ficaram definidos.

Por definir está ainda o fundamental do futuro da transportadora aérea nacional. As afirmações do ministro João Cravinho, na reunião de dia 15 com a CT, revelam uma abertura para dialogar, reconhece Manuel Candeias. Mas a verdade é que o Governo mantém o objectivo de privatizar a TAP, e esta perspectiva é um factor de instabilidade para os trabalhadores. «Esta empresa só é viável se for pública», afirma aquele dirigente, chamando a atenção para os efei-

tos sociais de qualquer medida errada sobre as dezenas de milhares de pessoas que trabalham na TAP e nas empresas que desta dependem.

A greve dos pilotos terá tornado mais difícil a privatização, porque evidenciou dificuldades que afastam eventuais interessados. Contudo, o objectivo ganhou novos adeptos: as estruturas socialistas na empresa, que passaram a admitir a entrega a privados depois da chegada do PS ao Governo.

«Vamos continuar a discutir», diz Manuel Candeias, preocupado, mas animado com a prova de que problemas deste tipo não se resolvem com requisições civis, antes exigem a participação e o empenho consciente dos trabalhadores e dos seus representantes.

Uma Comissão de todos os trabalhadores

Eleita por sufrágio universal e através de representação proporcional de todas as listas concorrentes, a Comissão de Trabalhadores da TAP distingue-se das outras estruturas representativas por abranger todo o pessoal da empresa. As suas atribuições estão legalmente definidas e o seu campo de intervenção é diferente do dos sindicatos, não contemplando as questões reivindicativas e da contratação colectiva,

mas abrangendo áreas mais gerais do funcionamento da empresa.

Na sua actual constituição, a CT da TAP integra 5 eleitos da lista unitária (4 comunistas e 1 membro da UDP), 5 eleitos da lista que se apresentou com as cores partidárias do PS e um eleito da lista apoiada pelo PSD. Nestas condições, o consenso constrói-se na discussão e as posições procuram o maior equilíbrio. Os eleitos unitários, como realçou ao «Avante!» Manuel Candeias, orientam os seus esforços no sentido de tomar o mais ampla possível a plataforma de defesa dos interesses dos trabalhadores e da empresa.



Manuel Candeias e os demais eleitos comunistas na CT tiveram um papel determinante para que prevalecesse na TAP o princípio da negociação, num conflito marcado por crispções das partes envolvidas

Pelo diálogo profícuo

O primeiro comunicado da CT, em que se informa estar esta a «desenvolver acções concretas no sentido de ultrapassar



TRABALHADORES

Uma Comissão de todos os trabalhadores

sar o conflito», foi divulgado no dia 25 de Julho, por se notar «alguma dificuldade do Governo, do Conselho de Administração e da direcção do SPAC em dialogarem proficuamente». Recordando que também os pilotos da TAP são representados pela CT, o documento afirmava a legitimidade deste órgão «para, numa posição equidistante, procurar formas de diálogo que produzam resultados positivos que sirvam os pilotos e a TAP» e apelava ao Governo, ao CA e ao sindicato para evitarem «atitudes que prejudiquem a TAP e agudizem o conflito».

Três dias depois, a CT dava a conhecer a todos os trabalhadores a proposta que apresentara no dia 25 à administração (que aceita reestruturar as Operações de Voo até final de Novembro) e ao SPAC (que reconhece o «esforço genuíno», mas mantém as suas posições).

Entretanto, «preocupada com as notícias que começavam a proliferar na comunicação social, algumas delas com base em declarações de responsáveis do Governo», a CT solicitou ao secretário de Estado dos Transportes que tomasse a iniciativa de «desdramatizar junto da opinião pública os reflexos do conflito desencadeado pelo SPAC, até uma melhor precisão dos contornos e efeitos deste problema». No dia 27 a CT voltou a escrever ao SPAC, reafirmando a possibilidade de «uma solução negociada que defenda a viabilização da empresa e garanta a continuidade dos nossos postos de trabalho» e apelando «à vossa compreensão e solidariedade com os restantes trabalhadores, no sentido de reverem a vossa posição».

A CT manteve intensos contactos com as várias partes e com os trabalhadores das diferentes áreas da TAP. No dia 7 de Agosto, quando novamente se extremavam as posições do SPAC e da administração, a CT propôs que fosse criada uma comissão tripartida que teria 45 dias para alcançar uma solução de consenso, sugestão que não mereceu a aceitação do sindicato.

Requisição sem razão

Um novo comunicado foi emitido dia 13, já depois de decretada a requisição civil e quando várias organizações sindicais do pessoal de terra declaravam formalmente e em tom duro a sua crítica à posição do SPAC. Destacando que obtivera do ministro «a promessa de que seriam respeitados os direitos dos trabalhadores da TAP, incluindo o pagamento atempado do salário, ao contrário do que vinha a ser admitido, nomeadamente pelo CA», a Comissão de Trabalhadores alertava para o facto de o conflito ser «excessiva e desnecessariamente empolado» e afirmava não ver «nenhuma razão objectiva que justifique a utilização da requisição civil». Desta posição demarcaram-se os elementos do PS na CT, que viram recusada uma proposta sua que continha uma crítica mais forte ao SPAC e um apelo a que o ministro pensasse em «soluções alternativas», uma vez que a requisição civil dos pilotos «não estava a ser eficaz». Ao justificarem a divulgação da sua proposta, os eleitos do PS nem sequer resistiram a introduzir uma pitada de anticomunismo e não tiveram o discernimento de reflectir sobre as ameaças que pendiam sobre os direitos de todos os trabalhadores.

Ultrapassando todos os obstáculos, a CT continua a insistir, «através de contactos com o Governo, o CA e o SPAC, para que o conflito seja sanado rapidamente, sem vencedores e vencidos, e que a TAP não seja mais prejudicada pelos intervenientes».

No dia 14, quinta-feira, surgem notícias de que o Conselho de Ministros se preparava para tomar decisões políticas que iriam agravar a situação laboral na empresa. A CT escreve ao ministro João Cravinho, solicitando uma audiência até às 20 horas, pois iria reunir com o SPAC «no sentido de obter condições que possam contribuir para o reinício da actividade normal da TAP, no imediato». Na mesma altura, seguiu um ofício para o primeiro-ministro, «rogando» que o Governo não tomasse quaisquer medidas até às 20 horas, pois «acreditamos ainda poder obter uma posição de compromisso que no imediato contribua para a resolução do conflito».

Com muitas horas de sono perdidas, Manuel Candeias e outros membros da CT estiveram nessa noite no Ministério do Equipamento, aguardando o resultado da reunião do ministro com a direcção do SPAC. O fim da greve e o levantamento da requisição civil, anunciados às 5 horas da manhã, foram recebidos com satisfação pela CT.

Satisfeito mostrou-se também Manuel Candeias, na conversa com a nossa reportagem, segunda-feira à tarde, por ver expressamente reconhecido, tanto pelos representantes dos pilotos como do Governo, o papel importante desempenhado pelo núcleo mais consequente dos membros da CT da TAP. A batalha em defesa dos interesses de todos os trabalhadores e do futuro da transportadora aérea nacional vai continuar, agora, sem a requisição civil e com uma mais rica experiência de reforço da unidade.

Os motivos dos pilotos

Em Novembro passado foi eleita uma nova direcção do Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil, que comunicou à administração da TAP a sua vontade de resolver um problema que gerava mal-estar entre os associados: o **elevado volume de horas extraordinárias nos voos de longo curso** colocava os vencimentos dos 70 pilotos destas carreiras muito acima da média dos pilotos do médio curso (cerca de 350).

Segundo a revista «Visão», os dez pilotos mais bem pagos receberam, em 1996, valores brutos entre 26 e quase 31 mil contos, surgindo no topo da tabela o antigo presidente do SPAC (os vencimentos mais baixos situaram-se nos 6 mil contos). Na nova direcção do sindicato predominam os pilotos de médio curso, que não têm acesso às horas extraordinárias, uma vez que os seus períodos de voo são mais curtos.

Num comunicado que dirigiu dia 13 de Agosto aos demais trabalhadores da TAP, o SPAC acusa a administração da empresa de insistir em não admitir «o número de pilotos necessários para a sua operação regular» e querer «impor, por via governamental e administrativa, as condições de que dizem necessitar». Por isso, em vez de aceitar a proposta de abertura de negociações, a administração da TAP preferiu «pedir à Direcção Geral da Aviação Civil a publicação de uma portaria reguladora que impusesse aos pilotos as normas que ela, em negociação, sabia dificilmente poderem passar», já que, no seu projecto, propunha aumentar de 45 para 55 horas semanais os tempos máximos de trabalho e reduzir os tempos mínimos de repouso.

Depois da crise de Fevereiro e Março, a administração e o SPAC acordaram um regime transitório para o Verão, mas o administrador responsável pela negociação com o sindicato acabou por, dias depois, pedir a demissão, ficando o acordo sem efeito. No final de Abril os pilotos fizeram dois dias de greve.

Quando a administração os acusou de quererem privilégios superiores aos de companhias estrangeiras, o SPAC declarou-se disponível para aceitar o acordo de trabalho de qualquer outra empresa, à escolha da administração. Além desta, o próprio ministro afirmou na televisão que aceitaria as regras da Lufthansa. Mas, à mesa das negociações, a administração da TAP pretendeu «que o SPAC aceitasse um acordo em que manteria toda a parte do acordo de empresa da Lufthansa para si vantajosa, recusando as partes que a restringiam», o que conduziu a novo impasse. Segundo o sindicato dos Pilotos, a

administração comprometeu-se a respeitar os limites de trabalho vigentes, até nova negociação.

O incumprimento das regras em vigor levou o SPAC a convocar uma nova greve, que consistiria na recusa dos voos que não constassem da escala de trabalho semanal. A greve iniciou-se a **25 de Julho**, foi suspensa por cinco dias após um apelo do Presidente da República ao bom senso das partes; reiniciaram-se as negociações com outros administradores que «aparentaram outra disposição para o entendimento» e foi decidida nova suspensão da greve por mais sete dias.

Esta «abertura» terá sido vista pela administração como «fraqueza», pressuposto que motivou «um plano de intoxicação da opinião pública e dos trabalhadores da TAP contra os pilotos». O SPAC refere, como «primeira peça» de tal plano, um abaixo-assinado dos directores-gerais que «deveria ter recolhido as assinaturas dos trabalhadores seus subordinados». Das várias entidades alertadas pelo sindicato para a «gravíssima repercussão» que tal desenvolvimento teria nas negociações, «apenas a Comissão de Trabalhadores teve o discernimento necessário para perceber que dependia de si, em grande parte, a possibilidade de fazer abortar a recolha de assinaturas, e usou a sua influência com sucesso», regista-se no comunicado do SPAC.



A TAP precisa de mais pilotos, contrapõe o SPAC à exigência de mais horas de trabalho e menores períodos de repouso

O sindicato dos Pilotos afirma que garantiu, por escrito, à administração da TAP aceitar negociações sobre os limites do tempo de trabalho, mal fosse alterado o regime vigente, e de aceitar uma arbitragem e os seus resultados. Mas, acusa o SPAC, «a administração nunca quis chegar a um compromisso razoável, pois desde sempre achou que o Governo deveria impor as regras aos pilotos sem

negociação». Em nova assembleia geral, o sindicato decidiu não prolongar mais a suspensão da greve. Entrava-se no segundo fim-de-semana de Agosto, época alta para os transportes aéreos, e a recusa dos voos não programados na escala semanal afecta centenas de passageiros da TAP no dia 8, sexta-feira.

Sábado, em reunião extraordinária, o Governo decidiu avançar com a requisição civil.



Manobras perigosas

Contra o que exigia o bom senso, o conflito entre o SPAC e a administração da TAP, com crescente envolvimento do Governo, evoluiu num clima de críspação e de exacerbação dos ânimos e das decisões. Na comunicação social surgiram declarações de responsáveis, num tom cada vez mais duro e com respostas que seguiam a mesma direcção.

Dentro da empresa também houve quem se empenhasse em aproveitar a situação para colocar trabalhadores contra trabalhadores, embora sem dar a cara abertamente.

«Se durante muitos anos o pessoal de terra viveu sob regimes sucedâneos impostos pelo Governo, por que carga de água é que os

“aviadores” não podem agora ser aviados com igual receita» - interrogava um folheto subscrito por «um grupo de trabalhadores» não identificado. Distribuído no Aeroporto da Portela, depois de o SPAC ter anunciado que os seus associados se iriam dirigir ao posto clínico na manhã da passada quinta-feira, a folha classificava tal atitude como «ridícula palhaçada» e «a mais séria e mais grave ameaça ao futuro da TAP» e fazia um apelo ao pessoal de terra: «Vamos todos ao posto clínico hoje às 08h30 dizer ao SPAC que, se teimam na sua atitude irresponsável de querer ser o covão da TAP, nós sabemos bem a que portas ir bater para o ajuste de contas devido.»

Campanha Nacional de Fundos já chegou aos 100 mil contos!

A Campanha Nacional de Fundos, em que o PCP está empenhado desde Março e que se propõe atingir os 200 mil contos até final do ano, já chegou a metade. Uma centena de milhares de contos já foram contabilizados. As perspectivas de levar a bom termo esta iniciativa nacional do PCP e mesmo de ultrapassar a meta fixada são boas.

Resultado do precioso esforço militante de muitos milhares de camaradas e também das contribuições de muitos amigos do Partido que centralmente têm correspondido à Campanha, os 100 mil contos - metade do valor fixado como meta a ser atingida até final do ano - foram recentemente ultrapassados, o que deixa entrever o êxito desta iniciativa que, recorde-se, tem como objectivo fundamental garantir os meios materiais necessários para o desenrolar de uma activa e bem sucedida campanha eleitoral da CDU nas próximas autárquicas.

Se no interior do Partido a meta indicada podia logo de início ser considerada realista - contava-se com a séria experiência deste tipo de iniciativas que foram coroadas de êxito no passado, como a campanha dos 150 mil contos para as últimas legislativas -, fora do Partido, os valores a atingir poderiam ser considerados ambiciosos. O facto de se haver alcançado nesta quadra do ano, os 100 mil contos, desmente mais uma vez as considerações de quantos apostavam no enfraquecimento do PCP e da sua base social de apoio.

Um sucesso político

O camarada Henrique de Sousa, do Secretariado do Comité Central, falando ao «Avante!» acerca do desenvolvimento da Campanha Nacional de Fundos, referiu-se às particularidades desta iniciativa, assinalando que a dimensão dos

custos das centenas de «campanhas autárquicas» municipais - e dos milhares, se pensarmos em termos de freguesias - tornam relativo o carácter dos números. «É necessário», disse, «para manter e reforçar os resultados

«Esta Campanha de Fundos», sublinhou ainda Henrique de Sousa, «no seu valor, natureza e funções, tem de ser compreendida nas suas especificidades, no seu ritmo e características, e radica na rica experiência que os comunistas têm no recurso à solidariedade junto de todos os que compreendem o carácter indispensável da actividade e intervenção política do PCP.

«A recolha de fundos que está em curso depende em grande parte da própria dinâmica das

Henrique de Sousa valorizou ainda o facto de se ter alcançado já os 100 mil contos:

«Trata-se de um sucesso político o ter-se atingido agora metade do valor da campanha, a pouco mais de quatro meses da data para a sua conclusão», afirmou.

O dirigente comunista referiu-se também à diversidade de situações, em termos nacionais, quanto às contribuições de cada organização. Há organizações mais adiantadas nas metas que se propuseram alcançar, destacando-se Lisboa, Setúbal, Évora, Portalegre, Castelo Branco, Emigração e JCP - todas estas atingiram pelo menos um terço dos seus objectivos para a Campanha Nacional. Outras, mais atrasadas, terão de redobrar esforços na ponta final da campanha.

Confiança

A Campanha alcançou metade do seu objectivo em cerca de metade do tempo. O que faz encarar com confiança o seu posterior desenvolvimento. Há que ter em conta que ainda não teve início o período de mais intensa actividade política, nomeadamente aquela directamente ligada com as autárquicas. A Festa do «Avante!» marcará a «rentrée» e proporcionará um novo impulso à acção política do PCP e da CDU na batalha eleitoral que aí vem. Daí para a frente e até às eleições as iniciativas vão multiplicar-se e com elas novas ocasiões de promover a recolha de fundos. Por outro lado, a Campanha Nacional de Fundos ela própria deverá ser encarada como uma actividade de massas no apoio político ao PCP e à CDU, às suas propostas e candidaturas.

Henrique de Sousa sublinhou a experiência e os testemunhos recolhidos ao longo destes meses, reveladores de que a receptividade da Campanha é boa, tanto dentro do Partido como fora dele. «Sempre que se tomam iniciativas, elas são bem sucedidas e bem recebidas. A questão não é a da receptividade e compreensão dos objectivos da Campanha, mas a das forças, energias e atenções que se consegue mobilizar para esta tarefa da actividade geral intensa do Partido.

«No período após as férias - para quem as teve -, com maior intervenção e intensificação da actividade política, com início na Festa do «Avante!», se as organizações fizerem uma cuidada avaliação e controlo de execução das tarefas, compromissos e objectivos, associando a Campanha à intensa dinâmica local, com milhares de contactos, iniciativas e actividades, é possível atingir e mesmo ultrapassar o objectivo nacional que nos propusemos.»

Campanha nacional de fundos
200 mil contos para o Partido
Dar mais força à CDU
nas eleições autárquicas
PCP

da CDU nas autarquias, um grande empenhamento. É uma tarefa exigente, pois agimos num quadro desproporcionado de recursos, já que as outras principais forças concorrentes são apoiadas pelo poder económico e político. Este desafio exige uma grande e mobilizadora solidariedade.»

iniciativas locais que já se integram na batalha das autárquicas, e esses fundos são, no fundamental, para serem aplicados localmente. Apenas uma pequena percentagem das recolhidas nas organizações é transferida para a Caixa Central do Partido, para apoiar as despesas do PCP na actividade nacional.»

e José Félix. Os comunistas e outros democratas de Vila Franca manifestaram com a sua presença em grande número o pesar pela morte de Emanuel Jordão.

Georgina Nunes

Faleceu no passado dia 17, com 69 anos de idade, a camarada Georgina da Piedade Cortêz Nunes. Militante do Partido desde 1977, residia na freguesia de S. José, onde militava. A camarada foi uma grande difusora do «Avante!».

Manuel Fernandes

Faleceu recentemente, com 71 anos, Manuel Isidro Fernandes. O camarada estava organizado no Montijo.

Aos familiares e amigos dos camaradas falecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências

1º Encontro de Emigrantes Governos mudam, problemas persistem

«A emigração portuguesa continua a aumentar e assiste-se ao fenómeno da re-emigração quer devido à falta de trabalho em Portugal quer à falta de apoio aos que regressam.» São apenas duas das conclusões do 1º Encontro-Convívio de Emigrantes e ex-Emigrantes, realizado quinta-feira da passada semana em Vila Real de Santo António, sobre o lema «Reflectir a emigração dos nossos dias».

Considerou o Encontro que «o propagandeado êxito dos emigrantes de sucesso não só na União Europeia como também no Brasil, Canadá ou Estados Unidos, entre outros países, não é mais do que uma minoria relativa à grande massa dos emigrantes, que hoje se calcula em quatro milhões e meio de portugueses e seus descendentes.»

«A situação social de muitos dos países de emigração tradicional portuguesa é grave, alastrando o desemprego, os fenómenos de nova pobreza, de marginalização com o consequente aumento de actos de violência e de actos xenófobos contra os portugueses apesar da tão falada cidadania comunitária.»

Acresce que, segundo o Encontro, «os governos mudam, os anos passam e os emigrantes estão cada vez mais descrentes nas instituições e no Estado português». E razões não faltam.

Considerando como positivas algumas das medidas tomadas pelo actual Governo, o Encontro foi peremptório ao concluir que «os graves problemas de fundo persistem» e enumerou os mais importantes:

- desorganização e falta de meios humanos, técnicos e financeiros nos organismos estatais e serviços consulares destinados à emigração;

- falta de informação adequada, em linguagem simples e clara, sobre os direitos dos emigrantes quer em relação aos países de acolhimento, quer em relação a Portugal, nomeadamente sobre reformas e pensões, invalidez, atendimento médico e hospitalar, apoio ao regresso e reinserção económica e social, legalização de bens, etc.;

- falta de estímulo e apoio ao movimento associativo que, tantas vezes, tem substituído o papel do Estado português no ensino e difusão da nossa língua e cultura;

- falta de apoio ao ensino da língua e cultura portuguesas, não existindo por parte dos sucessivos governos empenhamento político, diplomático e material à altura da importância do problema, não só para as jovens gerações de emigrantes ou os descendentes da emigração mais antiga, como para a própria presença da língua e da cultura portuguesa no mundo.

Nesta alínea dão-se como exemplos a falta de professores, insuficiente acompanhamento escolar quer no estrangeiro quer para os regressados, dificuldade em obter equivalências de diplomas, falta de material didáctico, e outras carências que os cortes de verbas para estes fins no último Orçamento de Estado só vieram agravar - «atitude cega e lamentável» firmemente condenada pelo Encontro.

Por outro lado, os emigrantes apontaram o dedo à falta de medidas para canalizar as poupanças e remessas dos imigrantes para o investimento. O raciocínio é simples: se é verdade que as assimetrias regionais são uma das causas para a emigração (ou seja, quanto mais pobre é uma região maior é a emigração) é lamentável que não existam incentivos para captar remessas dos emigrantes para actividades reprodutivas, criadoras de riqueza, de emprego e desenvolvimento.

Por tudo isto, o Encontro lançou vários apelos ao Governo. O primeiro é dirigido ao Conselho das Comunidades para que contribua para a elaboração de uma verdadeira política de emigração. São ainda reclamadas medidas de segurança que preservem os bens dos que residem no estrangeiro, assim como é pedido ao Governo e autarquias que durante o período anual de férias disponibilizem serviços de atendimento especiais para que os emigrantes possam resolver rapidamente os seus problemas burocráticos.

Exigindo respostas e soluções do Governo, o Encontro considerou que os emigrantes devem ser ouvidos na definição de «uma verdadeira política de emigração», apelando à unidade e combatividade na defesa dos seus interesses.

CAMARADAS FALECIDOS

Emanuel Lopes Jordão

Após prolongada doença, faleceu em Vila Franca de Xira, com 82 anos de idade, este dedicado e valoroso camarada, grande exemplo de modéstia e de activismo no movimento cultural, cívico e político da sua região. Emanuel Jordão nasceu em dia de Natal, à meia-noite, numa mangedoura de palha, leito de sua mãe, uma pobre mulher do povo, tendo a coincidência merecido a Emanuel o ápodo de «Menino Jesus». Jordão frustrou a lenda, filiando-se em 1933 no PCP. Numerosos amigos e camaradas, homens e mulheres, o acompanharam no funeral. Emanuel Jordão levou a sua dedicação à doação de todos os seus bens imóveis ao PCP, que para sempre encarnou os seus melhores ideais. O movimento associativo local ficou a dever-lhe toda uma vida de grande actividade. Em nome do PCP, Dias Lourenço, seu companheiro de juventude, pronunciou algumas palavras. No funeral participaram, entre outros, os presidentes da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia local, respectivamente Daniel Branco

CDU

Candidatos CDU

A Coligação Democrática Unitária continua a apresentar os seus candidatos às próximas eleições autárquicas. Esta semana, noticiamos os cabeças de lista às câmaras e assembleia municipais em vários concelhos do País.

CANTANHEDE

José António da Costa Vieira, foi apresentado pela CDU, no passado dia 1 de Agosto, como cabeça de lista à Assembleia Municipal de Cantanhede. Tem 33 anos de idade e reside em Cantanhede, onde é professor efectivo do 5º grupo, na Escola EB 2,3. Licenciado em pintura pela Escola Superior de Tecnologia de Coimbra, frequenta actualmente a Faculdade de Arquitectura de Coimbra.

É dirigente associativo ligado aos movimentos de juventude, nomeadamente no campo das artes, e participa regularmente com os seus trabalhos em exposições de pintura em Portugal e no estrangeiro. Integra grupos de jovens pintores de Cantanhede e Coimbra e é delegado sindical do Sindicato dos Professores da Região Centro e membro da Amnistia Internacional.

Como militante do Partido Socialista, foi por diversas vezes candidato em anteriores actos eleitorais, tendo integrado a lista para a Câmara municipal nas últimas eleições autárquicas. Apresenta-se como cabeça de lista da CDU por duas razões fundamentais:

— Pelo descontentamento crescente com a gestão municipal, considerando que foram completamente defraudadas as expectativas criadas pelo executivo de maioria socialista na Câmara de Cantanhede;

— Por acreditar que é necessário mudar e que, para além dos partidos, a candidatura de Arnaldo Carvalho à Câmara de Cantanhede é, sem dúvida, aquela que reúne a maior simpatia das populações, pela sua coerência, simplicidade e firmeza de princípios. José Vieira considera ainda que não se pode deitar fora esta oportunidade e que o concelho só tem a ganhar com a sua eleição.

CASTRO DAIRE



Reinaldo Oliveira

A CDU apresentou recentemente os candidatos à Câmara e Assembleia de Castro Daire. Trata-se, respectivamente, de Reinaldo Alberto da Silva Oliveira e Vítor João Pereira Martinho.

O candidato à Câmara é comerciante e industrial da constru-

ção civil. Foi membro do MUD Juvenil e do MDP/CDE. Apoiou as candidaturas de Norton de Matos e de Humberto Delgado. Em 1979, foi candidato à Câmara Municipal de Castro Daire; membro da Junta de Freguesia de Castro Daire; e presidente da Direcção da Associação Desportiva de Castro Daire.

Vítor Martinho, tem 26 anos, é professor natural e residente em Cela-Moledo. É licenciado em engenharia agrícola, tem parte curricular do mestrado em economia agrícola e sociologia rural. Tem um estágio em marketing agrícola na Universidade italiana de Verona. Candidato independente, é membro da Direcção da ARAVIS, Associação Regional dos Agricultores de Viseu e presidente da Comissão de Fiscalização da Assembleia de Compartes dos Baldios de Lamas.

CINFÃES



Armando Nogueira

As listas da CDU à Câmara e Assembleia Municipal de Cinfães são encabeçadas por Armando Monteiro Nogueira e António Alberto da Costa Cardoso.

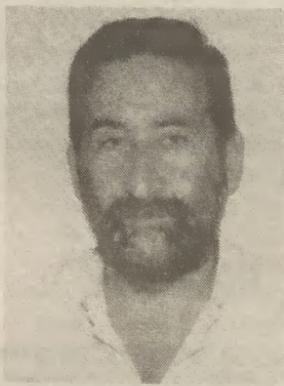
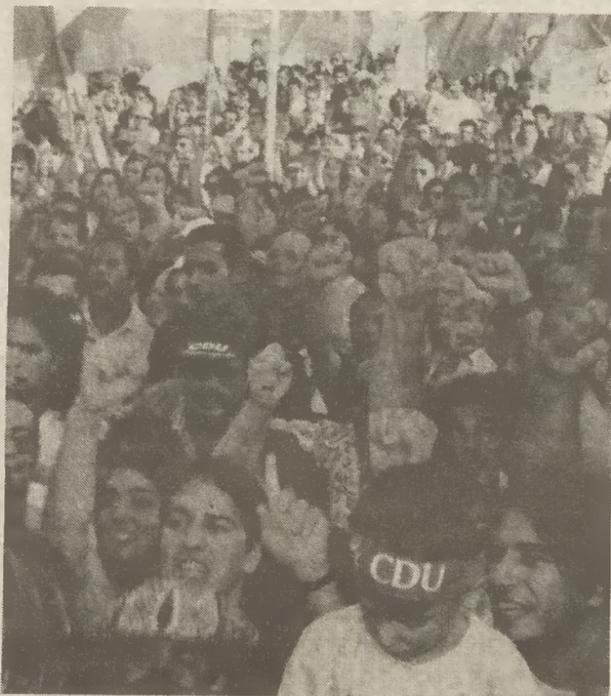
Armando Nogueira tem 51 anos e é agricultor e comerciante. É membro da Direcção da Organização Regional de Viseu do PCP, coordenador da Organização Concelhia de Cinfães e membro do Comité Central do Partido. Em 1993 foi candidato à Câmara Municipal de Cinfães.

António Cardoso tem 41 anos de idade, é professor e candidatou-se como independente. É presidente da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Cinfães e em 1993 integrou a lista da CDU à Assembleia Municipal.

ESTARREJA

Luís Vidal Dias é o candidato da CDU à Câmara de Estarreja, onde a lista à Assembleia Municipal é encabeçada por José Luís Moreira dos Santos, ambos candidatos independentes.

O candidato à Câmara tem 46 anos de idade e é gestor de stocks, vice-presidente da rádio Voz da Ria, presidente da Associação de Pais da Escola C+S de Avanca e vice-presidente da Federação das



Luís Vidal Dias

Associações de Pais do Distrito de Aveiro.

José dos Santos tem 47 anos de idade, é empresário membro da Direcção do Forum Estarrejense. É membro da Assembleia de Freguesia de Pardilhó.

SOURE

João Ramos Pereira e Francisco Malhão são os candidatos da CDU, respectivamente, à Câmara e Assembleia Municipal de Soure, segundo uma nota da Coordenadora local da Coligação que divulga ainda dos nomes dos primeiros candidatos às freguesias Alfarelos, Figueiró do Campo, Granja de Ulmeiro e Soure.

Em nota à imprensa, os candidatos reconhecem que se trata de «uma batalha difícil e desigual», indicando como factores desfavoráveis «o envolvimento descarado de membros do Governo de na campanha, o tratamento nem sempre isento de alguns órgãos de comunicação social e a diferença de meios envolvidos entre nós e os nossos adversários».

Acresce que «a política se faz sem qualquer espécie de sentido ético, em que a compra de consciências e a prestação ilegítima de favores substituem critérios de rigor e isenção, em que o interesse pessoal e o carterismo político substituem o interesse colectivo e o bem comum».

Determinados a vencer todos os obstáculos e atingir os seus objectivos, os candidatos da CDU apresentam-se a estas eleições com propostas concretas para resolver os problemas das populações.

Destacam-se aqui o problema das acessibilidades, matéria em que defendem o prolongamento da via rápida de Taveiro à Figueira da Foz, com passagem por Moinho de Almocharife e ligação por ponte a Lares.

A criação de uma nova zona industrial é acompanhada por medidas ambientais que passam pelo alargamento das infra-estruturas de saneamento básico e pela despoluição dos rios. Refira-se que actualmente Soure aparece no ranking ambiental atrás de mais de 200 concelhos nacionais.

Entre outras propostas, a Coligação aposta no alargamento da rede pré-escolar e exige a construção de uma nova escola secundária. A reforma administrativa é ainda referida, designadamente a necessidade de criar as novas freguesias de Puca Pena, Paleão e Sobra que hoje fazem parte da freguesia de Soure, cujo gigantismo em área e população tornam difícil a sua administração.

A CDU propõe-se eleger um vereador no executivo municipal e representantes em assembleias de freguesia, onde já teve eleitos, caso de Soure, Granja de Ulmeiro e Gesteira. São também objectivos eleitorais vencer nas freguesias de em Figueiró do Campo, assim como aumentar globalmente a votação no concelho.

VILA DO CONDE

Em Vila do Conde, a CDU apresentou recentemente os seus cabeças de lista aos órgãos municipais. Jorge Marques encabeça a lista à câmara, enquanto Romeu Cunha Reis é o primeiro candidato à Assembleia Municipal.

Jorge Marques tem 49 anos e é natural do Canas de Senhorim, no concelho de Nelas. Médico psiquiatra exerce actualmente funções de assistente no Hospital Magalhães Lemos, no Porto.

Foi fundador do Sindicato dos Médicos do Norte e foi eleito por duas vezes para a Assembleia Municipal de Vila do Conde, liderando em anteriores eleições a lista da CDU à presidência do município.

Romeu Cunha Reis tem 48 anos e é formado em Direito pela Universidade de Coimbra, onde presidiu à Direcção da Associação Académica entre 1970 e 1971, depois de ter participado, em 1969, nas lutas académicas. Sem filiação partidária, foi um dos fundadores do Ginásio Vilacondense, sendo autor, entre outras obras, do livro «Reflexão sobre a Perestroika».

NACIONAL

Comunistas de Braga ausentes na inauguração

A Comissão Concelhia de Braga do PCP recusou o convite do Presidente da Câmara para estar presente no acto de inauguração das obras de superfície do Campo da Vinha, demarcando-se do projecto e das posições de júbilo oficial da maioria PS.

Em carta aberta aos bracarense, os comunistas rejeitam quaisquer especulações sobre a sua decisão e esclarecem que as críticas ao projecto do Campo da Vinha por parte do PCP e da CDU de Braga são conhecidas e nada autoriza a que possam ser interpretadas como uma oposição a projectos de verdadeira modernização e valorização da cidade ou como resultado de mera luta eleitoralista ou de sectarismos partidários.

Relembrando as principais a todo o processo, a Concelhia do PCP refere os termos e a forma do processo de alienação daquela grande praça pública, a título definitivo e vitalício, a favor de um grande grupo privado que dele retirará enormes lucros. Para o PCP, seriam «possíveis e desejáveis outras modalidades de concessão que melhor salvaguardassem os interesses futuros do município de Braga».

A esta crítica juntam-se outras que incidem sobre a pouca divulgação do projecto, facto que mostrou a «falta de vontade de procurar a adesão e consensualidade entre a população»; e sobre o próprio arranjo da superfície, onde «o grande volume construído produz impactos negativos em toda a zona edificada envolvente».

Por estas razões, o PCP tem estado empenhado, juntamente com outras forças e sectores do concelho, num processo de contestação e esclarecimento da opinião pública que passa inclusivamente pelo recurso aos poderes públicos e órgãos judiciais.

Para além destas posições, que só por si seriam suficientes para explicar a sua ausência na inauguração da obra, o PCP recorda ainda que, desde o apelo público para a realização de uma «vigília de cidadãos contra o mamarracho e as obras na Praça», tem sido alvo por parte da Câmara de uma «escalada persecutória movida pela Câmara Municipal, contra o direito constitucional e legal de propaganda política».

A retirada sistemática de toda a propaganda do PCP e da CDU na cidade é interpretada pela estrutura comunista como «uma forma de retaliação contra quem tem posições diferentes e as defende de uma forma democrática» e é, «com a aproximação do fim do seu mandato e de novas eleições autárquicas, um traço marcante de uma gestão municipal da maioria absolutista do PS».

A concelhia afirma ainda que a política urbanística da responsabilidade de Mesquita Machado, em que a cedência aos interesses dos grandes grupos da construção imobiliária e a megalomania são cada vez mais claras, arrastou a maioria socialista na câmara para uma escalada de arrogância e de cerceamento dos direitos democráticos de quem mais consequentemente se lhe opõe.

Loures abre nova ETAR

Ontem, quarta-feira, entrou em funcionamento no concelho de Loures uma nova ETAR com capacidade para tratar esgotos de 130 mil habitantes. A estação de S. João da Talha é da responsabilidade da Câmara Municipal e orçou em cerca de 1 milhão e 450 mil contos, sendo comparticipada pelo Fundo de Coesão. As freguesias da Bobadela, S. João da Talha e Stª Iria, com uma população de 85 mil habitantes, são as beneficiadas com a obra já que até agora os efluentes drenavam para o estuário do Tejo.

Dada a grande concentração industrial nesta zona do concelho de Loures, a ETAR está preparada para tratar uma concentração poluente elevada, duas ou três vezes superior à normal em esgotos domésticos. Dotada de um sistema de remoção de óleos e gorduras e de um tanque de homogenização, que permite regularizar os picos de carga poluente industrial recebidos, a sua eficácia é complementada com um tratamento físico-químico para rebaixamento dos esgotos afluentes ao sistema. Construída a pensar no futuro, esta ETAR está dimensionada para ser ampliada e assim dar resposta às maiores exigências de qualidade decorrentes da despoluição do estuário do Tejo. O sistema será complementado, numa segunda fase, com um tratamento terciário com tanques anoxia para desnitrificação e com sistemas de desinfecção.

«Olhão + ecológico»

Denunciando os atentados ambientais contra a Ria Formosa, provocados por exemplo pelos esgotos, a Juventude CDU simulou, na passada sexta-feira no Cais T de Olhão, a construção de uma ETAR, distribuindo à população um folheto que chama a atenção para a necessidade de harmonizar os interesses da actividade humana e o equilíbrio ambiental. Esta acção teve ainda como objectivo denunciar as deficiências e insuficiências do tratamento de esgotos no concelho de Olhão e lembrar a opinião pública de que está em causa o futuro da Ria, dos mariscadores e pescadores e do turismo.

Israel aposta na violência



Repetem-se os bombardeamentos israelitas no sul do Líbano (foto de Abril de 1996)

O Líbano voltou a ser alvo dos bombardeamentos israelitas. Na segunda-feira, sete civis libaneses morreram (entre os quais duas crianças) e 38 ficaram feridos na sequência dos ataques a Saida, a principal cidade do sul do país.

Pela primeira vez em vários anos, o exército libanês respondeu aos bombardeamentos. Habitualmente, os libaneses apenas descarregaram as baterias antiaéreas contra os aviões e helicópteros israelitas.

Os projectéis judeus caíram deliberadamente no centro da cidade, atingindo a sede local do Banco Central do Líbano, uma zona industrial, um bairro residencial e um bairro comercial.

Mais uma vez as autoridades israelitas apostam no recrudescimento da violência. Por um lado, atacam o Líbano, argumentando com a segurança que não permitem que os povos vizinhos tenham. Por

outro, provocam os palestinos, humilhando-os, ignorando os acordos assinados em Oslo e Washington, impedindo-os de trabalharem e de circularem.

As vítimas são, inevitavelmente, civis. Se os corpos dos sete mortos de Saida são verdadeiros, não menos reais são os problemas com que os palestinos têm de lidar diariamente desde a imposição do primeiro bloqueio.

Com as suas medidas repressivas – que ultrapassam todos os argumentos relacionados com a segurança necessária em todas as nações –, o executivo de Benjamin Netanyahu alimenta os extremistas palestinos e as suas acções suicidas. As consequências são sofridas pelos milhões de palestinos que acreditam na paz e que já há muito tempo por ela esperam.

Yasser Arafat, líder da Autoridade Palestiniana, passou à ofensiva no sábado pas-

sado, apelando à unidade nacional e ao boicote dos produtos israelitas. Lembrou ainda o líder hebraico da possibilidade do regresso à Intifada. «Netanyahu deve saber quem é o povo palestino e a quem se dirige. Quantos aos israelitas, eles devem lembrar-se dos longos anos de combate da Intifada» entre 1987 e 1993.

Qualificando o bloqueio económico imposto aos territórios palestinos como uma «declaração de guerra» destinada à humilhação palestina, Arafat anunciou a realização de um «forum nacional» para debater a crise do processo de paz, para o qual são também convidados os opositores dos acordos de Oslo.

Entretanto, num comunicado publicado na semana passada, a Autoridade Palestiniana confirmou o prosseguimento da cooperação com Israel em matéria de segurança. Contudo, os israelitas continuam insatisfeitos. O porta-voz de Netanyahu, David Bar-Illan, afirmou que «a cooperação em matéria de criminalidade não pode erradicar o terror».

Madrid persegue independentistas bascos

Depois do assassinato de Miguel Angel Blanco, conselheiro municipal de Ermua, o governo de José Maria Aznar iniciou uma campanha junto à opinião pública espanhola e internacional contra os independentistas bascos. Não apenas a ETA é visada, mas também o Herri Batasuna (partido político legal partidário da autonomia do País Basco e eleito em diversas autarquias) e todos os anónimos que defendem a independência.

Aproveitando a onda de choque provocada pela morte do autarca do PP, o executivo espanhol põe de lado qualquer diálogo sobre a questão basca. Nas palavras do vice-primeiro-ministro do Governo a possibilidade de conversações com a ETA está «para já, totalmente excluída». Francisco Alvarez Cascos sublinhou que quem acreditar nessa hipótese «é de uma ingenuidade colossal».

Madrid não se contenta em fechar as portas ao diálogo. Vai mais longe e exige a extradição de todos os militantes da ETA de todos os estrangeiros. «O Governo quer que sejam expulsos todos os membros da ETA existentes em todo o mundo», afirmou Cascos na semana passada.

No passado dia 9, a República Dominicana expulsou três dirigentes históricos daquela organização independentista, residentes no país desde 1989: Eugenio Etxebeste «Axton», Ignacio Arakma Mendis «Makario» e Jose Maria Gantxegi «Peio». Chegados a Espanha, foram detidos preventivamente.

A extradição de Belen Gonzalez Penalva e Angel Iturbe Abasolo, presumíveis membros da ETA, foi também requerida às autoridades dominicanas.

nato ocuparam páginas de jornais e larguíssimos espaços de telejornais, as manifestações organizadas pelo Herri Batasuna foram praticamente ignoradas.

No entanto, os defensores da independência basca ainda não desistiram. No sábado, realizou-se mais uma manifestação em São Sebastian, no norte da Espanha. Mais de mil pessoas desrespeitaram a proibição policial e desfilaram nas ruas da capital do País Basco numa «jornada de apoio aos prisioneiros e refugiados políticos».

O Herri Batasuna acusa Madrid de «guerra suja», num comunicado divulgado na semana passada. «Servindo-se da comoção provocada pela morte de Miguel Angel Blanco pela ETA, o governo iniciou uma verdadeira caça às bruxas contra o independentismo basco e pede abertamente a pri-

sona de todos os dirigentes do Herri Batasuna, persegue as sedes e locais sociais dos independentistas bascos, e pressiona juizes e políticos para alterar as leis e endurecer as penas, propondo anos de prisão para jovens manifestantes e total impunidade para acções policiais e parapoliciais.»

Os independentistas fazem «um apelo ao diálogo, a abrir saídas políticas e não fechá-las, a não cair na estratégia de bloqueio do PP espanhol e do seu governo», que acusam de promover acções de extradição que violam o direito de asilo e aumentar o envolvimento internacional nas medidas repressivas.

O Herri Batasuna defende o fim do actual conflito «com base em soluções democráticas, baseadas no reconhecimento do País Basco, Euskal Herria, e do seu direito à livre determinação».



Aproveitando o choque provocado pelo assassinato de Miguel Angel Blanco, o governo de Aznar leva a cabo uma perseguição a todos os independentistas bascos, não só em Espanha mas no mundo inteiro

UPS 186 mil em greve

Os trabalhadores da United Parcel Service (UPS) e a administração da empresa chegaram a um princípio de acordo sobre a greve e as reivindicações em causa, na segunda-feira à noite, horas depois do sindicato ter anunciado o endurecimento das formas de luta.

São três as reivindicações fundamentais que desde há duas semanas mantêm em greve 186 mil pessoas. A primeira prende-se com os trabalhadores em «part-time» (cerca de 60 por cento do total). Os trabalhadores a tempo inteiro recebem por hora o dobro dos empregados em «part-time», facto que mantém os segundos em piores condições e numa situação perfeitamente injusta.

As reformas são outra causa desta greve. A UPS pretende abolir o controlo dos sindicatos nos fundos de pensões, colocando-os exclusivamente na sua mão para os usar nos seus próprios investimentos. Os fundos estão avaliados em mais de um bilhão de dólares.

A segurança é a terceira reivindicação dos trabalhadores. Os classificadores manuseiam mil embalagens por hora, cerca de 75 quilogramas.

A greve já custou à empresa 600 milhões de dólares. A UPS distribui diariamente 12 milhões de cartas e encomendas, cerca de 80 por cento do mercado dos Estados Unidos.

O Partido Comunista dos EUA apela à solidariedade internacional com os grevistas, através de diversas formas, nomeadamente mensagens, abaixo-assinados e manifestações em frente a delegações da UPS.

«Apesar da campanha lançada pela administração da empresa na tentativa de levar o presidente Clinton a invocar a lei federal laboral para pôr termo à greve (caso considere que esta põe em causa a economia americana), os trabalhadores contam com o apoio da maior parte da opinião pública dos Estados Unidos», lê-se num comunicado dos comunistas norte-americanos.

«Este apoio mostra a cólera dos trabalhadores dos EUA contra o desaparecimento de postos de trabalho e o declínio do nível de vida que mais de três quartos sofreu nos últimos anos», acrescentam.

«O impacto da intensificação dos ritmos de trabalho, redução de efectivos, o trabalho parcial e temporário despertaram a consciência de classe de milhares de pessoas que vêem esta greve como uma oportunidade de expressar a sua cólera colectiva», considera o Partido Comunista dos EUA.

EM FOCO

Da Rússia de a Cuba como

Entrevista com
Henri Alleg



Henri Alleg, escritor e jornalista francês bem conhecido do público português pelos seus livros sobre os EUA e a China, acaba de publicar em Paris mais uma obra polémica – após uma visita à Rússia: «O Grande Salto para Trás – reportagem numa Rússia de ruínas e esperança», cuja tradução portuguesa a Editorial «Avante!» se prepara para lançar em Outubro (!). Ex-director do diário «Alger Republicain» e ex-secretário de Redacção de *L'Humanité*, Aleg é também autor de uma obra hoje clássica sobre a tortura «La Question», de uma história monumental da Revolução Argelina e de um livro sobre a Revolução Cubana. Publicamos, a seguir, a entrevista que esse militante e intelectual comunista, testemunha de grandes acontecimentos do nosso tempo, concedeu a Miguel Urbano Rodrigues.

MUR – Acaba de publicar um livro intitulado «O grande salto para trás», no qual alguns problemas da Rússia actual são tratados sob uma perspectiva muito diferente da que é comum no Ocidente. Quem são e que fazem os milhões de comunistas que eram membros do PCUS? Em que diferem os actuais comunistas dos antigos? Qual é no momento a estratégia do Partido Comunista da Federação Russa?

Henri Alleg – Uma das minhas primeiras preocupações, ao escrever este livro, era mostrar que, contrariamente à ideia hoje cultivada pela maior parte dos *media*, não chegámos «ao fim da história» com o desmoronamento da URSS e que o sistema capitalista, apesar da sua aparente solidez, não é eterno. Não obstante o ruir da União Soviética (cujas causas, consequências e lições apenas começam a ser estudadas), a actividade intensa dos comunistas que prossegue na Rússia, o lugar que ocupam na vida política do país (com mais de 40% dos votos nas eleições presidenciais e uma esmagadora maioria de deputados na Duma) seriam provas suficientes, se tal fosse necessário, para demonstrar que, ao contrário do que alguns se apressaram a anunciar, «o comunismo não morreu». Nem na Rússia nem fora dela.

É preciso, contudo, assinalar a enorme diminuição do número de filiados nas organizações comunistas russas (como sabe existem vários partidos) relativamente aos efectivos do antigo PCUS. Este, só na Rússia, tinha antes 10 milhões de membros. Presentemente, o partido mais importante, o Partido Comunista da Federação Russa – PCFR representa por si só mais de quatro quintos dos militantes e conta com cerca de 500 mil membros. De cada 20 militantes recuperou apenas um. Isso não significa que 19 em cada 20 dos antigos não eram autênticos militantes, mas revela em todo o caso que a proporção dos oportunistas e carreiristas era importante.

Hoje, o PCFR esforça-se por reagrupar os verdadeiros comunistas e reconstituir um partido sólido e renovado que

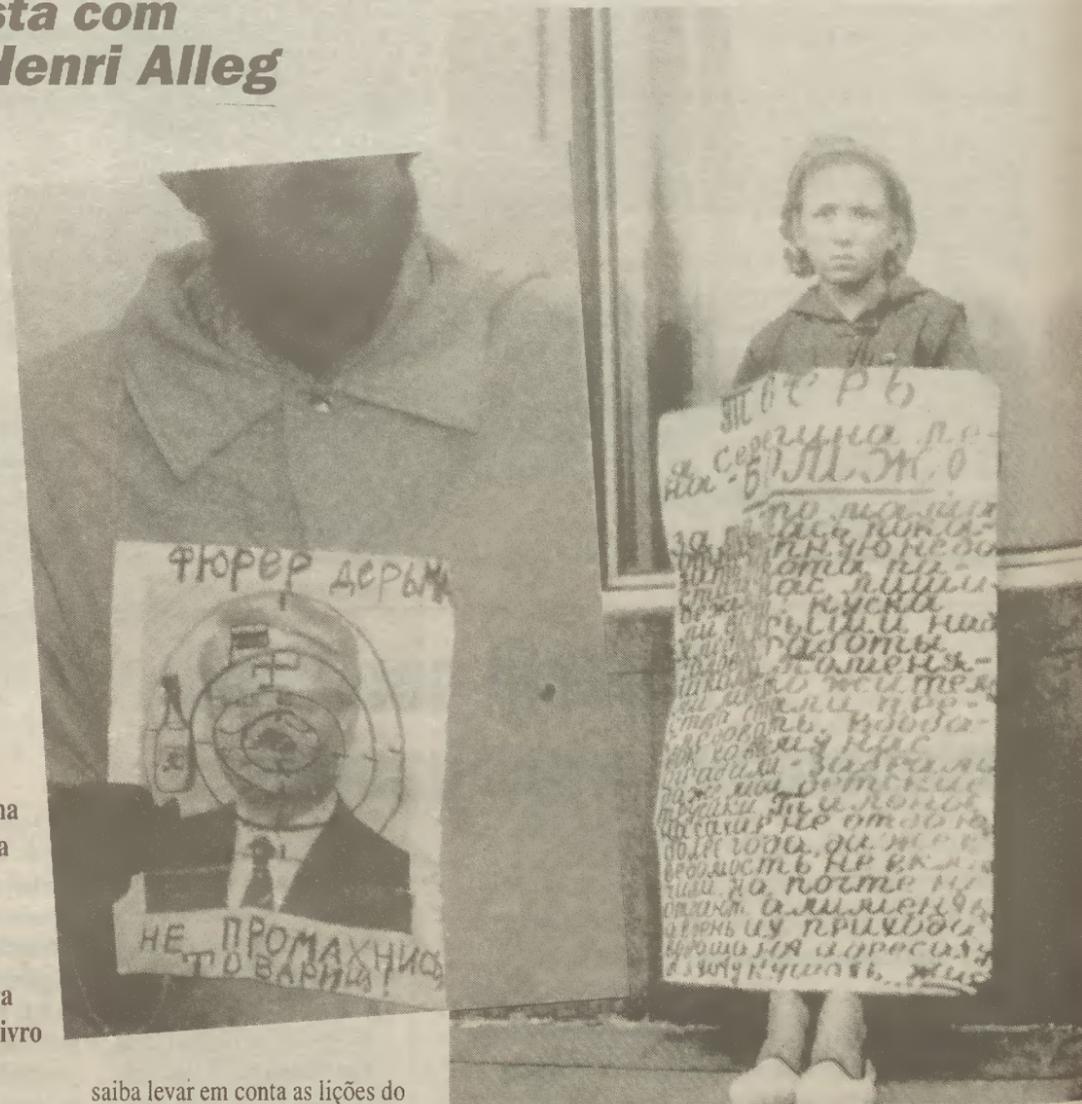
saiba levar em conta as lições do passado. Bate-se simultaneamente para impedir a liquidação, pelos Ieltsin e camarilha, de todas as conquistas do socialismo, para reunir novamente as Repúblicas que formavam a União Soviética e para criar uma ampla frente patriótica contra o imperialismo estrangeiro, o qual, com a cumplicidade de diferentes mafias internas, saqueia o país e tenta mantê-lo sob a sua tutela económica e política.

Duas observações podem ajudar a medir a extensão da catástrofe que atingiu a Rússia. A produção caiu nela 40, 50 e mesmo 70 por cento nos sectores-chave da indústria relativamente a 1990 e a esperança de vida diminuiu seis anos entre 1989 e 1996, passando nos homens de 64 para 58 anos. Sem falar – mas faço isso no meu livro – dos outros desastres: a ruína dos serviços de saúde e de educação que eram o orgulho dos soviéticos; o aumento dos suicídios, o desenvolvimento da prostituição e da droga, flagelos extremamente reduzidos na antiga URSS; a miséria e a criminalidade em ascensão constante, etc.

MUR – Como reage o povo russo às humilhações que o imperialismo norte-americano inflige ao seu país? Como reage ao cerco da NATO? O sentimento da dignidade nacional, antes muito forte, permanece vivo?

HA – Sim, permanece vivo. A tal ponto que Ieltsin e aqueles que governam com ele, apesar de terem demonstrado o seu servilismo perante Washington, são forçados, para não se isolarem totalmente da população, a demarcar-se, pelo menos publicamente, da política dos EUA no que se refere ao alargamento da NATO até às fronteiras da Rússia. Pode afirmar-se que todo o povo russo, com excepção de um punhado de pessoas dispostas a tudo – indo até à traição se dela puderem tirar proveito –, considera o desenvolvimento da estratégia política e militar norte-americana como um insulto e uma ameaça directa à sua segurança e à sua independência.

MUR – A visita a Moscovo do Presidente da República Popular da China pode ser interpretada como um passo



para uma posição comum de resistência dos dois Estados às pretensões de Washington à hegemonia mundial?

HA – É difícil dizer de que maneira se desenvolverá essa aproximação sino-russa. Mas é evidente que a China e a Rússia – qualquer que seja o carácter do seu sistema actual e futuro – têm um interesse similar em fazer frente às ambições de domínio planetário que Washington não esconde. A presença à frente da Rússia de personagens que temem muito mais o seu próprio povo e um eventual regresso ao socialismo do que a ameaça representada pelo imperialismo coloca, entretanto, grandes interrogações. Esses indivíduos estarão ou não dispostos, se a oportunidade se apresentar, a trair os interesses nacionais do seu próprio país para fazer abertamente causa-comum com os EUA?

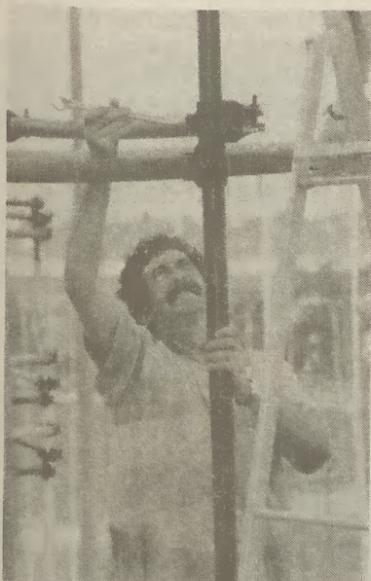
MUR – Voltou optimista da sua visita à China? Como foi recebido o seu livro «O Século do Dragão»?

HA – Permita-me dar a essa pergunta uma resposta flexível, não categórica. Eu não voltei com as ideias feitas e definitivas que a maioria dos *media* apresentam sobre a China, ou seja que, embora ninguém possa negar os imensos progressos ali ocorridos, eles só beneficiaram um pequeno número de pessoas (o que não é verdade) e que inevitavelmente a China enfrentará uma crise grave que porá em causa brutalmente todo o seu sistema, ou que se transformará pouco a pouco num país capitalista. Penso que, sendo verdade que a China deve ainda resolver enormes problemas e fazer frente a grandes ameaças de que os seus dirigentes têm perfeita consciência, ela é capaz de enfrentar essas situações mantendo-se no caminho socialista que o seu povo escolheu há quase cinquenta anos. Creio também que é isso que devem desejar todas as pessoas progressistas do mundo. É nesse sentido que sou optimista. Foi isso que eu quis dizer em «O Século do Dragão». Aqueles que se dispuseram a ler-me estiveram de acordo com essa maneira de ver. Apercebi-me disso nomeadamente em Portugal onde o livro foi traduzido e recebido de uma maneira particularmente calorosa. Pude verificar aí, em diferentes debates em que participei, o enorme interesse (e também a esperança) que a experiência chinesa suscita.

A Festa!

AMORA-SEIXAL

5, 6 e 7 SETEMBRO



A Festa a crescer

A Festa do «Avante!» está a crescer a olhos vistos. Aos olhos, evidentemente, de quem faz uma visita à Atalaia e se dá conta do trabalho já realizado. Os numerosos pavilhões, com as

suas estruturas já montadas no sempre novo arranjo do espaço, revestem-se de placas, começou a decoração. Nos interiores, projectados segundo as necessidades de cada edição da Festa, são montadas as distribuições de água e luz, as exposições estão a ser preparadas para posterior colocação. É claro que ao visitante será difícil não dar uma mãozinha no trabalho variado e vasto que ali o aguarda. E no último fim-de-semana - a que se juntou o feriado de sexta-feira - muitos camaradas e amigos foram dar uma ajuda. Fazia falta, como sempre. É que na Atalaia, cada vez mais infra-estruturada - o que torna cada edição mais fácil de realizar -



há muito trabalho a fazer. Para os que na mão-de-obra são especialistas e para os que o não são, há sempre uma tarefa à espera. E à hora do almoço, juntando farnéis, um convívio que alivia o esforço do trabalho e torna a jornada apetecível. Só faltam duas semanas...



Mais visitantes para um êxito ainda maior

Todos os anos a Festa do «Avante!» ganha novos adeptos. E quem lá vai uma vez deseja sempre repetir a experiência. Que o digam os milhares de *habitues* que não perdem uma edição por nada deste mundo. As

razões não faltam. A Festa do «Avante!» continua a ser o maior acontecimento político-cultural do país. Sempre diferente e melhor de ano para ano, apresenta uma incrível variedade de espectáculos,

exposições, uma vasta oferta de restaurantes e bares, uma feira do livro e uma discoteca, artesanato nacional e internacional, para além de todos os equipamentos e infra-estruturas de apoio, raras de

encontrar em festivais ao ar livre. Note-se que a Quinta da Atalaia tem uma excelente rede sanitária, um parque de campismo, zonas de lazer para piqueniques, um posto médico, caixas multibanco,

telefones públicos, etc. Durante os três dias, as carreiras de transportes públicos, fluviais e terrestres, são reforçadas, assim como são criados vários parques de estacionamento nas proximidades do terreno. Por

seu turno, as autoridades asseguram medidas excepcionais que facilitam o escoamento do trânsito. **É por tudo isto que dá gosto lá ir todos os anos. Divulga a Festa. Vem e traz um amigo contigo!**

EP à venda

Dentro de 15 dias, a Festa abre as suas portas aos visitantes. Como habitualmente, os mais atrasados deixam para a última da hora a compra das suas Entradas Permanentes, formando longas filas junto às bilheteiras. Contudo, há meses que a EP se encontra disponível nos centros de trabalho do PCP e nas mãos de muitos militantes que compreendem a necessidade da sua venda antecipada. Se ainda não tens a EP, não esperes pelo último dia. Evita a maçada das filas de espera e ajuda a Festa. A EP é a sua única fonte de receitas e o seu único financiamento.



O espectáculo na rua

Com espectáculos especialmente concebidos para serem representados na rua, o Teatro está na Festa este ano concentrado num espaço ao ar livre equipado com uma palco e bancadas para o público. Comédia, drama, música, acção são ingredientes desta festa que certamente irá entusiasmar a assistência. Em cena vão estar a **Associação Teatral «O Olho»**, com a peça **«O Mundo Morre a Ocidente III»**, espectáculo que abre a programação de sábado, pelas 16 horas. O público pode ainda assistir a mais três peças representadas pelos grupos **Teatro Art'Imagem** e **Teatro ao Largo**.

Teatro Art'Imagem «Deuses Como Nós»

É uma versão livre, baralhada e reduzida dos doze míticos trabalhos de Hércules. Já passaram mais de dois mil anos na eternidade da vida de Zeus e dos outros deuses... Dois mil anos é muito tempo e Zeus aborrece-se... Enquanto no Olimpo Juno e Vénus fazem

aeróbica, ginástica de manutenção e seguem as telenovelas, os concursos e toda a programação da televisão, o principal passatempo de Zeus é vir à Terra para noites de folia com Mercúrio e Baco... Hércules, simples pastor que se torna juguete dos deuses numa luta feroz, descobre a ambição e a ganância, recorrendo então a todos os artifícios para subir ao Olimpo e, junto a seu pai, reinar sobre homens e deuses. Mas... Já não vivemos na Grécia Antiga e hoje as virtudes que Hércules deve provar possuir são outras, mais modernas mas nem por isso mais fáceis. «Esta é a moral da história de António Hércules dos Prazeres, filho de Zeus e



«O Mundo Morre a Ocidente III» representado pelo grupo «Olho»

de uma comum mortal...» «Deuses Como Nós» é a 42ª produção do Grupo, estreada em outubro de 1996 no Forum da Maia, na abertura do 2º Festival de Teatro Cómico da Maia. O texto é de **Ricardo Alves** que participou ainda na encenação juntamente com **José Leitão** e **Pedro Carvalho**. A interpretação está a cargo de **Jorge Pinho, José Leitão, Lúcia Ramos, Marta Mateus, Pedro Carvalho, Vitória Horta**, entre outros.

Teatro ao Largo Arlequim

«Arlequim» - a segunda produção em 1997 do **Grupo Teatro ao Largo** - é uma farsa inspirada no estilo de Commedia dell'Arte, adaptada de um Teatro Clássico de Feira «La Tête Noire» de **M. Lesage** (1721). Escrita originalmente para ser representada nos mercados e feiras de Paris e arredores, no século XVII, por uma trupe de actores viajantes é uma comédia cheia de acção, com personagens coloridas e sequências cómicas.

A peça centra-se num velho sovina (Pantaleão), e o seu criado engenhoso (Arlequim), que para enganar uma velha irmã sobre uma herança, inventa um plano absurdo que obriga Arlequim a passar por sua sobrinha. O plano não resulta mas o divertimento é garantido para todos quer sejam crianças ou adultos. Estreada em Fevereiro deste ano, em Vila Nova de Milfontes, a peça é representada pelos actores **Pureza Pinto Leite, Luís Santiago, Paulo Oliveira, Vanessa Rigg e Stephen Johnson**, este último também responsável pela encenação.

«Salomé»

Trata-se de mais um espectáculo do **Grupo Teatro ao Largo**, o segundo produzido em 1997. «Salomé» é um



«Deuses Como Nós» do Art'Imagem



«Salomé» Teatro ao Largo

texto da autoria de **Paddy Fletcher**, escritor residente na companhia «Footsbarn Travelling Theatre» e baseia-se na conhecida história de Salomé e João Baptista, sendo entrelaçada com elementos de coro

grego, teatro de rua e música ao vivo. Salomé, viúva, volta para casa de sua mãe, Herodias, também viúva, que agora está casada com Herodes, o irmão do seu marido. Entretanto, João Baptista anda a agitar a população contra Herodes, por causa do seu casamento imoral e é levado para a prisão. Herodias, obcecada por este homem espiritual e selvagem, tenta seduzi-lo. Salomé só quer o perdão aos pés de João Baptista... Estreada em maio passado, em Vila Nova de Milfontes, esta peça recebeu os elogios da crítica especializada e os aplausos do público. É encenada por **Stephen Johnson**, que entra também no elenco de actores juntamente com **Pureza Pinto Leite, Luís Santiago, Lia Gama, Paulo Oliveira** e **Vanessa Rigg**.

O Olho - Associação Teatral «O Mundo Morre a Ocidente III»

«O Mundo Morre a Ocidente III» é uma peça levada à cena por «O Olho» associação teatral que desenvolve a sua actividade na cidade de Almada. É um trabalho que se debruça sobre a linguagem baseando-se numa história de uma personagem muda que morre e ressuscita três vezes. Encenado por **João Garcia Miguel**, a interpretação está a cargo de **Ana Borralho, José Pedro Garcia, Maria Radich, Miguel Borges, Mónica Samões** e **Rita Só**.



Comboio da Juventude CDU
Em festa para a Festa
Porto
 4000\$00
 Volta Ida
 sta do Avante '97 Festa do Avante '97 Festa do Avante

De comboio para a Festa

Após o sucesso dos anos anteriores, o Comboio da Juventude CDU está de novo a ser organizado pela JCP. Com partida do Porto (Campanhã), paragens em Gaia, Espinho, Aveiro, Coimbra, Entroncamento Santarém e chegada a Lisboa (Santa Apolónia), os interessados podem reservar os seus bilhetes e obter todas as informações necessárias nos Centros de Trabalho do PCP e da JCP. Os bilhetes são de ida e volta e incluem a deslocação em autocarro especial até à Festa do «Avante!». Os preços, que naturalmente, dependem do local de partida são os seguintes: Porto e Gaia - 4.000\$00; Espinho - 3.600\$00; Aveiro - 3.100\$00; Coimbra - 2.500\$00; Entroncamento - 1.500\$00; Santarém - 1.300\$00.

Palco Novos Valores Novos Valores no Palco Liberdade

O **Palco Liberdade**, situado no espaço de Setúbal, irá mais uma vez promover a iniciativa «**Novos Valores**» destinada a agrupamentos de todo o país que pretendem chegar a um público mais vasto. Os grupos foram seleccionados segundo critérios que visaram assegurar não só a qualidade como a variedade de opções musicais. Assim, durante a noite de sexta-feira e todo o dia de sábado, neste palco têm lugar os mais diversos géneros musicais, desde a música de intervenção à de raiz popular, do rock à pop, hard rock, heavy metal, entre outros.



Palco Arraial O som da tradição

Populares são todos os palcos da Festa. Contudo, o **Arraial** é aquele que mais vocacionado está para as expressões musicais tradicionais do nosso país. Durante três dias, este espaço é ocupado por grupos folclóricos, bandas filarmónicas, corais, orquestras ligeiras, não esquecendo é claro a noite de sábado, que tal como em edições anteriores, será animada por um grupo de baile.

A reter para já, e a confirmar depois na **Revista da Festa**, na sexta-feira, a partir das 20.30, ali se ouvirão cantares alentejanos seguidos pela consagrada Banda da Sociedade Musical Fraternidade Operária de **Grândola**. Refira-se que esta formação irá este ano marcar a abertura da Festa. Sábado é o dia das danças etnográficas. A programação começa com o **Rancho Folclórico de Montessão** (de Coimbra), seguindo-se o **Grupo Folclórico das Bordadeiras da Casa do Povo de Cardielos** (Viana do Castelo); o **Rancho Folclórico Flores da Beira** (Porto Salvo - Oeiras); o **Grupo de Danças e Cantares Tradicionais de Rio Meão** (Faial); **Grupo Coral Unidos do Alentejo**. O



sábado termina em festa com o grupo de baile «Pró Sat».

Cicloturismo

Os amantes do cicloturismo têm encontro marcado no próximo dia 31 de Agosto, junto à Quinta da Atalaia. Trata-se de uma prova promovida pela Comissão de Desporto da Festa do «Avante!», com o apoio técnico da Federação Portuguesa da modalidade, que à semelhança do ano passado, reunirá centenas de praticantes. A Quinta da Atalaia é simultaneamente o local de partida e de chegada para um percurso que passa por Miratejo, Cova da Piedade, Almada, Pragal, Feijó, Vale Milhaços, Cruz de Pau, Casal do Marco, Seixal e de novo Amora. **As inscrições podem ser feitas até uma hora antes do início da prova, ou através dos telefones 2752777 e 2753939.**



Pesca em Lisboa e no Seixal



Sob o patrocínio da Festa do «Avante!», realiza-se no próximo dia 30 do corrente mês um concurso de pesca de mar. A iniciativa decorrerá na Baía do Seixal e a sua organização está a cargo da Sociedade Recreativa do Bairro da Bela Vista, Vale Fetal - Charneca da Caparica. Todas as informações e pedidos de inscrição devem ser feitos na sede desta colectividade.

No Tejo

Tal como anunciámos em edição anterior do nosso jornal, está marcado para **31 de Agosto**, o 3º Convívio de Pesca promovido pela Organização Regional de Lisboa, entre o Pilar da Ponte e a Torre e Belém. As inscrições são limitadas pelo que os interessados devem enviar quanto antes os seus pedidos à organização.

Torneio em Setúbal no domingo Malha Grande



No próximo domingo, realiza-se a 1ª Jornada do Torneio de Chinquilha - Malha Grande, do concelho de Setúbal, que apurará as equipas que vão estar presentes na Festa do «Avante!». Os jogos são disputados na Cooperativa de habitação «Força de Todos», em Pontes, participando um total de 14 equipas das seguintes colectividades: Grupo Desportivo «Estrelas de Algeruz»; Grupo Desportivo Cultural e Recreativo «Os Ídolos do Chinquilha da Anunciada»; grupo «Os amigos do Chinquilha»; Grupo de Chinquilha «5 de Outubro»; Grupo Desportivo das Lagameças; Águias Negras Futebol Clube; CHE «Força de Todos» e Grupo Desportivo da Gâmbia. O Torneio termina no dia 31 de Agosto com a realização da 2ª jornada.

Corrida regista grande adesão

400 e 40

atletas
e
equipas inscritas



Mais de 400 atletas e 40 equipas estão já inscritos na Corrida da Festa que partirá no domingo, 7 de Setembro, perto da Quinta da Atalaia.

Esta prova de estrada é destinada a participantes de ambos os sexos, representantes de clubes federados ou não, e a atletas individuais. Este ano, ao contrário do que tem sucedido nas edições anteriores da Corrida da Festa, o

escalão de juniores não poderá participar devido a uma decisão da Comissão Nacional de Estrada e Corta-Mato que impede estes atletas de alinhar em percursos superiores a 10 quilómetros. Contudo, o nível de inscrições já

atingido permite afirmar sem receio que mais uma vez esta iniciativa será coroada de êxito, continuando a afirmar-se com uma das maiores manifestações desportivas com carácter popular do nosso país.

As inscrições irão continuar até 29 de Agosto, devendo os pedidos ser enviados para «Corrida da Festa do Avante!», Av. António Serpa, nº26 3ª Dª - 1050 Lisboa. Tel. 7969141 ou fax 7969139.

Figuras do desporto apoiam a corrida

Fernando Tavares
«Celebrar o desporto»



Foi técnico da Federação Portuguesa de Atletismo e trabalha actualmente como técnico de Educação Física da CM do Seixal. Eis o seu depoimento.

«A Corrida da Festa do Avante! é por tradição a festa da corrida, com tudo o que tal significa: participação popular, festa, divertimento, solidariedade, companheirismo e acima de tudo a libertação através do desporto. Este ano a Corrida da Festa terá

também uma componente inolvidável: será a primeira oportunidade dos amantes do Atletismo festejarem publicamente os óptimos resultados obtidos em Atenas, nestes últimos Campeonatos do Mundo de Atletismo. Festejemos assim e gritemos bem alto os nossos vivas à prática desportiva, à solidariedade e amizade entre os participantes, à Teresa Machado, ao Domingos Castro, à Manuela Machado, à Fernanda Ribeiro e... à Carla Sacramento (até estamos em casa dela). Boa sorte para todos, uma ótima Festa da Corrida.»

Armando Aldegalega
«Pelo prazer da corrida»

É atleta do Sporting Clube de Portugal desde 1956. Obteve recentemente duas medalhas de bronze nos 10 mil metros de pista e cross por equipas, nos campeonatos do Mundo de Atletismo de Veteranos, realizados na cidade sul-africana de Durban. É um participante assíduo da Corrida da Festa.

«É com prazer que voltarei a participar na Corrida da Festa do Avante!. Esta já constitui uma verdadeira Festa do atletismo popular nacional e entrou no calendário de inúmeros atletas que a escolhem para iniciarem a sua época. Penso que é pelo prazer do convívio desportivo e cultural e do reencontro anual de

muitos atletas que faz desta prova uma das mais populares do nosso país, atraindo centenas de atletas vindos de Norte a Sul do continente, da Madeira e dos Açores. Lá estarei no dia 7 de Setembro, para competir e conviver com todos os participantes.»



ruínas e esperança pátria do homem



■ Miguel Urbano Rodrigues



MUR - Os EUA obstinam-se a levar cada vez mais longe a «estratégia da globalização». O que pensa das consequências dessa orientação para a humanidade e mais especialmente para o Terceiro Mundo?

HA - Acredito que basta ver a que resultados sinistros conduziu essa orientação para se avaliar a amplitude do desastre a que pode levar. Permite-me citar a propósito o relatório anual do Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas - PNUD, publicado em Junho passado. Os números que aí figuram constituem uma condenação sem apelo da política imposta pelos EUA.

«Os 20% mais pobres do planeta», lê-se nesse texto, «partilharam 1,1% do rendimento mundial em 1994, contra 2,3% em 1960». Isso significa que a diferença entre países ricos e pobres, que era de 1 para 31, em 1960, aumentou até 1 para 78, em 1994! Segundo o mesmo relatório, 1300 milhões de pessoas vivem na «pobreza absoluta», isto é, com menos de 1 dólar por dia. E onde estão esses pobres? Ninguém terá lido com surpresa nesse texto que, no fundamental, habitam nas zonas «tradicionais» de pobreza, isto é, em África, na América Latina e na Ásia. Mas a África, a Ásia ou a América não estão sós. No Leste europeu e na ex-URSS, em seis anos, de 1988 a 1994, o aumento da pobreza (uma alta recorde de 700%) constituiu «um facto sem precedentes na história da humanidade», regista o PNUD. Um terço da população desses países - 120 milhões de pessoas - vive agora na miséria. Simultaneamente, os redactores do relatório assinalam que a supressão da pobreza não depende da utopia. Bastariam, salientam, 100 mil milhões de dólares (10% das despesas militares no mundo) para erradicar a miséria da Terra.

O «pensamento único», que hoje denunciamos, é na realidade uma expressão que serve para designar essa ideologia da dominação total, política, económica, militar e cultural que os EUA julgam poder impor ao universo.

MUR - Você dirigiu o «Alger Republican», um diário que foi expressão de um jornalismo revolucionário hoje muito raro. Conhecedor profundo da Argélia, como vê a crise actual naquele país? Porventura, encobertos pelos sangrentos acontecimentos que atingem aquele povo, que

se bateu com tanto heroísmo contra o colonialismo francês, há factores essenciais que poderiam ajudar a explicar a tragédia em curso?

HA - É uma tragédia para todos os amigos do povo argelino ver a situação em que ele caiu. Quero apenas dizer, e sem entrar em questões da política interna do país, que aquilo que ali se passa - e em primeiro lugar a perversão integrista - não pode ser compreendido fora do quadro geral em que se encontrava a Argélia logo após a independência. Apesar das suas riquezas, apesar da força do movimento popular de libertação, a Argélia não pôde libertar-se totalmente da engrenagem colonial e neocolonial. Presentemente, como tantos outros países do Terceiro Mundo, está submetida à ditadura do FMI e do Banco Mundial e são os mesmos males que a asfixiam: saque das suas riquezas pelo estrangeiro, miséria, desemprego e desenvolvimento da corrupção, nomeadamente entre os detentores dos postos-chave. Numa situação de desespero para as massas populares, o terreno é fecundo para a expansão das demagogias fascizantes e os mais sanguinários desvios integristas e obscurantistas que assumem uma expressão tribal, nacionalista, racista ou de fanatismo religioso.

MUR - Você escreveu dois livros sobre os Estados Unidos: «SOS América» e «Requiem pelo Tio Sam». Continua a pensar que os EUA não saíram de uma crise estrutural profunda? A actual recuperação da sua economia será um fenómeno puramente de conjuntura?

HA - Em primeiro lugar, poderia colocar uma questão: recuperação em benefício de quem? Se é para o benefício das transnacionais, se é para Wall Street, se é para os já bilionários, certamente que sim, pelo menos por agora. Mas se se trata da «outra América», a dos pobres, brancos e negros, certamente não. Mesmo as estatísticas do desemprego (em queda, segundo anunciam triunfalmente) devem ser recebidas com reserva. Sabe-se que os números oficiais não consideram os desempregados antigos, definidos como «trabalhadores desencorajados» (*discouraged workers*). Sabe-se também que os «novos» postos de trabalho são fundamentalmente não especializados e muito mal remunerados, embora os apresentem como criados para «substituir» outros, de

nível mais alto, que foram suprimidos e eram relativamente bem pagos. Sabe-se igualmente que as estatísticas revelam uma queda constante do nível de vida das camadas sociais mais desfavorecidas e de uma parcela importante dos estratos sociais médios. Creio que as contradições fundamentais que minam o sistema norte-americano persistem e continuarão a manifestar-se, mesmo que, durante períodos mais ou menos prolongados, se produzam reversões conjunturais que não devem gerar ilusões. Não, o capitalismo norte-americano não curou as suas mazelas.

MUR - O que pensa acerca do bloqueio a Cuba e de leis como a de Helms-Burton e a d'Amato Kennedy?

HA - Todos sabemos que - exceptuados os lacaios mais servís do imperialismo - os governos de todo o Mundo, incluindo aqueles que noutras circunstâncias alinham com Washington, condenam a atitude criminosa dos EUA perante Cuba. Mesmo avalisadas pelo Senado, essas famosas «leis» lembram mais métodos dignos de gangsters do que iniciativas de um Estado civilizado que pretende, aliás, apresentar-se como o defensor intransigente da moral universal e dos Direitos do Homem.

MUR - O que significa para si a Revolução Cubana?

HA - O heróico povo de Cuba é, nos nossos dias, a honra e a esperança de todos quantos, pelo mundo fora, recusam curvar a cabeça perante a arrogância, o dinheiro e o poder brutal. O dever de todo o anti-imperialista consiste em permanecer ao lado da Revolução cubana e defendê-la com todas as suas forças como seu próprio direito à vida e à liberdade.

Há dois séculos, na época em que, enfrentando todos os seus inimigos, a Revolução Francesa, derrubando reis e feudalismos, simbolizava o futuro, Thomas Jefferson pronunciou estas palavras famosas: «Para qualquer homem, a primeira pátria é o seu país, a segunda é a França.» Inspirado por um sentimento análogo, creio que podemos dizer que todo o homem merecedor desse nome, todo o revolucionário autêntico tem hoje também uma segunda pátria e que ela se chama Cuba.

(1) «Le Grand Bond en Arrière - reportage dans une Russie de ruines et d'espérance», Ed. Le Temps des Cerises, 1997, Paris.

Os partidos políticos

■ Pedro Ramos de Almeida

I - Noções históricas e sociais básicas

1. O que são os partidos políticos?

São vanguardas sociais. Isto é: são organizações duradouras, superiores e complexas; que têm base e topo, simpatizantes, militantes e dirigentes, que são expressão e causa de um definido movimento de opinião e de classe, com raízes e consequências sociais e públicas.

São, assim, associações política e ideologicamente diversificadas e muitas vezes necessariamente opostas, que sobretudo tendem a representar e mobilizar as classes sociais existentes nas modernas sociedades antagónicas capitalistas e imperialistas, para a conquista, exercício, transformação e conservação do poder de classe económico e político.

Numa sociedade antagónica, como é a sociedade capitalista e, mais ainda, sob a sua contemporânea forma superior imperialista, as classes sociais dominantes e dominadas geram partidos formalmente de idêntica condição, mas realmente opostos ou complementares.

Opostos ou complementares na ideologia, nos objectivos políticos e nos princípios sociais que valorizam; afins ou contraditórios nas próprias formas de luta e de organização que adoptam e no seu estilo de actuação; aparentados ou contrastantes nas classes sociais que promovem aos e nos seus órgãos dirigentes, no destaque ou na depreciação que reservam às camadas mais exploradas e oprimidas: femininas e juvenis; racionamente discriminadas; da terceira idade, etc.

2. O que são classes?

As classes não se confundem com as suas vanguardas, embora as integrem e condicionem.

São grandes grupos humanos históricos e sociais; antagónicos ou que se completam, progressivos ou retrógrados; fundamentais ou secundários – consoante o seu papel em relação à contradição básica de cada formação económico-social que os contenha em dado momento: **uma classe nominalmente idêntica** pode ser fundamental numa certa formação económico-social e secundária na que a precede ou lhe sucederá...

Cada Estado não tem, em geral, mais que três ou quatro classes. As classes surgiram na História da Humanidade com a apropriação privada, primeiro, de forças produtivas, e, depois, dos meios de produção.

Segundo Lênine, cada pessoa pode determinar, no essencial, a classe de que objectivamente faz parte, respondendo a quatro questões que, materialmente, permitem apurar as causas modernas da divisão humana:

- Sou produtivo ou improdutivo?
- Que relação tenho com os meios de produção?
- Qual o papel que me cabe na divisão (organização) social do trabalho?
- Forma e quantidade como recebo a parte do produto social de que careço para me sustentar (salário, lucro, juro, renda)?

3. O que são estados?

O Estado é uma «organização do poder», «um poder especial de repressão» da classe dominante sobre os outros grupos sociais e o conjunto da população, para a defesa dos seus interesses fundamentais e, em primeiro lugar, da forma de propriedade que essa classe privilegiada representa.

Como disse Marx: «Não é assim uma organização de conciliação de classes». É, de facto, uma organização soberana de imposição do poder, desde logo económico, de uma ou mais classes sobre as restantes. Deste modo, cada Estado é, em si mesmo, a demonstração de que o antagonismo social não só existe, como é reforçado pela existência do próprio Estado. Deste modo, o antagonismo social não é já superável numa sociedade contraditória de classes, enquanto existir esse Estado servidor da exploração e da opressão.

E a existência do Estado, do poder público, unitário, confederal ou federal moderno, contribui ainda – domando-se à forma mercantil privada, crescentemente exclusivista, de reprodução de riquezas e valores – para que, na actual sociedade, as ideias dominantes sejam mais ainda as ideias das classes dominantes.

4. O que é a política?

A política, em termos muito gerais, é o conjunto das relações que os governantes mantêm com os governados, tendo em vista a conquista, exercício e expansão do poder.

Ou, como dizia Lênine, «é a participação nos assuntos do Estado, na orientação do Estado, na determinação das formas, das tarefas e do conteúdo da actividade do Estado».

Não é suficiente conhecer os fundamentos teóricos da política. É determinante nunca perder de vista a política em acção.

Que na política, exprimem-se os interesses essenciais das classes e as relações que elas têm entre si; as relações entre Nações e Estados; a organização do Estado; o governo sobre o povo; o direito das classes; a luta dos partidos; o peso da ideologia...

Na política, se queremos a democracia, é sobretudo importante que as massas trabalhadoras façam ouvir a sua voz e valer os seus direitos, contra as classes exploradoras e opressivas, para bem da liberdade e igualdade humanas. A conquista das liberdades democráticas é um avanço seguro na via para o socialismo e para a consagração – anti-antagónica e realmente integradora – da igualdade de direitos na humanidade.

5. O que é a nação?

Uma classe é, como vimos, uma manifestação viva de divisão e antagonismo social entre os homens, criada pela propriedade privada das forças de produção ou dos meios de produção e distribuição de riquezas.

Uma nação, essa, é uma forma estável de comunidade humana, de vida em comum dos homens – a forma que se seguiu à gens ou clã, tribo e nacionalidade – quando, chegados à formação capitalista, ou aos seus primórdios, eles passam a ter, nesta nova forma de mercado, uma actividade económica mais próxima e comum, e graças a ela ganham, mesmo na sua desigualdade, uma psicologia e uma cultura formalmente próprias.

As classes praticam e são expressão do conteúdo económico e político oposto, antagónico, na história e na vida.

As nações organizam historicamente esse conteúdo e as suas superestruturas, sob certas formas culturais e psicológicas diferenciadas.

As classes traduzem, exprimem, formulam ou ajudam a formular um certo conteúdo histórico. As nações organizam-no, dão-lhe formas diferenciadas, ou contribuem destacadamente para isso.

A medição do privilégio Concentração da propriedade nos EUA

■ Jorge Figueiredo

Nos Estados Unidos, 68,4% do stock de riqueza pertence aos 10% mais ricos da população e 31,5% aos 90% restantes. É o que informa o Inquérito às Finanças do Consumidor (Survey of Consumer Finances) relativo a 1995, realizado pelo banco central dos EUA (Federal Reserve) em conjunto com os serviços do imposto de renda (IRS). Note-se que o inquérito foi conduzido do ponto de vista do stock de capital (propriedade dos activos) e não do fluxo de capital (rendimentos), como é habitual na maioria dos países.

A desagregação dos 10% mais ricos revela uma concentração ainda mais impressionante. Desta elite dos proprietários, os 1% que estão no topo do topo detêm 35,1% da riqueza total (em termos de activos líquidos) e os 9% seguintes ficam com 33,2%. Isto mostra que actualmente os 1% mais ricos da população americana detêm mais riqueza (35,1%) do que os 90% da base (31,5% do total). A tabela abaixo dá pormenores, de acordo com as várias classes de riqueza da população americana:

1995	90% da base	10% do topo	dos quais	
			9% do topo	1% do topo
Activos fixos	37,9%	62,1%	31,0%	31,1%
Residência principal	66,4%	33,6%	25,7%	7,9%
Outros imóveis	20,2%	79,7%	43,9%	35,9%
Acções	15,6%	84,4%	42,2%	42,2%
Títulos	9,7%	90,2%	34,5%	55,7%
Fundos	13,1%	86,8%	42,6%	44,2%
Seguros de vida	55,0%	45,0%	27,8%	17,1%
Contas bancárias	57,7%	42,3%	26,0%	16,2%
Contas poupança	43,1%	56,9%	40,9%	16,0%
Outras contas	37,9%	62,1%	35,2%	26,8%
Negócios	7,7%	92,2%	20,8%	71,4%
Automóveis	77,6%	22,4%	17,8%	4,5%
Outros activos	29,3%	70,5%	39,2%	31,4%
Passivos	70,9%	29,1%	19,3%	9,7%
Resid. principal (hipoteca)	78,4%	21,6%	17,2%	4,4%
Outros imóveis	25,2%	74,7%	41,0%	33,7%
Outros passivos	80,6%	19,4%	9,6%	9,8%
Valor líquido	31,5%	68,4%	33,2%	35,1%
Valor líquido médio (US\$)	39.252	1.217.375	596.974	13.601.980

A situação agrava-se nos anos 90



Segundo os novos números divulgados pelo banco central dos EUA, pela primeira vez na história moderna (isto é, desde os anos 20), os 1% mais ricos da população controlam mais riqueza dos que os 90% mais pobres.

Fonte: Federal Reserve's Survey of Consumer Finances.

Os dados acima são apresentados (com mais riqueza de pormenores) no boletim Left Business Observer, nº 78, de Julho/1997. Email: dhenwood@panix.com. URL: http://www.panix.com/~dhenwood/LBO_home.html.

Do ponto de vista histórico, a evolução dos últimos 30 anos mostra que a repartição da riqueza não tem cessado de piorar para os trabalhadores. Em 1963, os 90% da base detinham 36% da riqueza total e em 1995 a sua «fatia» havia caído para apenas 31,5% do total (note-se que da riqueza total dos trabalhadores a componente principal é a casa própria, um activo não reprodutível pois não é meio de produção). Em contrapartida, os 1% mais ricos detinham 31,9% da riqueza total em 1963 e 35,2% em 1995.

O gráfico, ao lado, mostra que o grande agravamento na disparidade de riqueza verificou-se num período de três anos, exactamente a partir de 1992 (já durante o governo de Clinton).

As perversões de uma certa democracia

TRIBUNA

Ao confrontar os recentes resultados dos referendos feitos aos operários de Clabecq e de Vilvorde, após meses de luta social muito dura, sinto-me tentado a fazer um rápido balanço, com convite a reflexão. Própria e alheia.

Depois do que foi o final da década de 80 e o começo desta, da queda do chamado "mundo socialista" e da implantação selvagem, à dimensão de todo o espaço planetário, do capitalismo na sua forma ultraliberal, financeira, monetarista, era difícil prever que a resposta do movimento social - uma resposta de classe -, nomeadamente na Europa, viesse tão depressa.

Nessa viragem de década, houve mudanças de nome e de símbolos, não faltaram recuos e deserções. Também por cá tivemos de tudo isso mas, comparado com o que aconteceu lá por fora, quase se pode dizer que foi "coisa pouca", ou que bem soubemos resistir. Que é, aliás, característica nossa, ou não tivéssemos a experiência que temos...

Entre os que resistiram, uns terão dito, ou pensado, "temos para anitos", outros terão dito, ou pensado, "temos para déca-

novas e até surpreendentes, têm vindo da Bélgica.

País-símbolo de "uma certa ideia" de Europa, quem a visitava ou passava por Bruxelas em missão de variada duração, ia decerto guardando a imagem de um Estado estruturado sobre um elevado nível de crescimento económico, dependente porque não auto-sustentado, de um Estado pouco consistente dada a sua "juventude" e os não resolvidos, ou sempre agravados, problemas de coexistência de duas comunidades - a wallon e a flamenga -, um individualismo egoísta, à margem de qualquer solidariedade social, onde um partido comunista erodira, um partido socialista se atolara em negócios, nem todos legais, e os sindicatos se tinham afastado de linhas de classe.

De repente, começaram a surgir sinais evidentemente contrários a esta imagem. Se já havia, de quando em vez, alguns indícios ténues, só detectados pelos mais optimistas, tais como reacções à subida da extrema-direita ou repúdios de racismo, foi o caso da descoberta da rede de pedofilia que teve um efeito despoletador.

Foi, na verdade, um choque. Melhor, foi algo que pôs um país, um povo, em estado de choque. E de vergonha solidária.

Mas, ao mesmo tempo, tendo surgido simultaneamente focos de luta social em

ções, essa máquina foi tecendo a reacção. Insinuando dúvidas caluniosas sobre alguns dos mais lúcidos e consequentes - como o mostraram ser alguns dos pais das crianças que foram vítimas da monstruosa rede pedófila -, recuando em negociações difíceis e aproveitando todas as oportunidades para mostrar a faca nos dentes dos negociadores do outro lado das mesas (e das classes), avançando com promessas dirigidas aos indivíduos, desmobilizadoras de posições colectivas, de massas. Dividindo, dividindo, dividindo, como é a regra de ouro de quem sabe que, do outro lado, a força só existe quando há unidade, colectivismo, solidariedade real.

Um referendo para "defender postos de trabalho"

Em Clabecq, uma situação de luta contra a desapareição das "Forjas" identificadoras da cidade e região arrastava-se, depois do grande salto que fora uma manifestação em que dezenas de milhares de pessoas se manifestaram na pequena cidade, solidárias com a situação das famílias dependentes das centenas de postos de trabalho em risco. Com alguns casais, pais das crianças horrorosamente violadas e mortas, à frente.

O conhecido processo de anúncio de eventuais interessados em recuperar e continuar a empresa; as habituais negociações com muitos cifrões e nenhuma atenção ao social... Tudo na espera e no estímulo da desmobilização das manifestações que se faziam na rua, à porta das salas confortáveis com mesas cheias de computadores e folhas de cálculo.

Depois, quase sem se dar por isso, surgiu a grande "solução democrática": o referendo.

Foi a consulta referendária a todos os trabalhadores das "Forjas". Com base num plano de recuperação da empresa, em que se abriu a perspectiva/promessa de se manterem 900 postos de trabalho (menos apenas um terço) acompanhada de um "plano social"... que é assim que agora se chama aos despedimentos. A alternativa ao referendo? Era evidente: o encerramento definitivo das "Forjas" e o despedimento para todos!

Com toda a "democracia", os trabalhadores, **um a um**, com o seu voto "decidiram" manter a empresa e os 900 postos de trabalho. Por agora... Porque isto de promessas e compromissos da parte do capital...

Um referendo para "ganhar" um "plano social de acompanhamento"

As eleições em França tiveram importância em toda a Europa. Sabe-se. E, na Bélgica, o caso da Renault-Vilvorde, se já era teste, ainda mais se tornou, e em várias direcções.

A luta estava dura, a luta endureceu, o novo governo francês comprometeu-se na continuidade do compromisso quando

eram candidatos, acresceram as esperanças de que a decisão definitiva, irreversível, deixasse de o ser. Que não fechassem aquelas instalações fabris de ponta, que os trabalhadores tinham viabilizado cedendo direitos e regalias, cumprindo tudo o que lhes fora sendo apresentado. Que o sr. Schweitzer não levasse até ao fim o que resolvera, em brilhante gesto de gestão (pois se, ao anúncio do encerramento de Renault-Vilvorde, as cotações das acções da empresa valorizaram-se significativamente!...).

Depois, quase sem se dar por isso, surgiu a grande "solução democrática": o referendo.

Foi a consulta referendária a todos os trabalhadores da Renault-Vilvorde. Com base num "plano social de acompanhamento", que é assim que agora se chama ao encerramento de uma empresa com despedimento de todos os operários. A alternativa ao referendo? Era evidente: o encerramento na mesma, mas sem o tal "plano social de acompanhamento", cheio de cláusulas "muito favoráveis" para os trabalhadores, como "prémios de despedimento" e "indenizações morais" com zeros suficientes para serem aliantes.

Com toda a "democracia", os trabalhadores, **um a um**, com o seu voto, "decidiram": 92% "resolveram" acabar com a empresa e extinguir os seus postos de trabalho, e receber a "paga" de tal decisão.

As perversidades "democráticas" e o caminho da luta

Há, neste caso dividido em dois, uma lição maior a reter. O capitalismo tem bem mais do que os sete fôlegos neste luta de gato e do rato, se assim me é permitido dizer. E, por vezes, reage com uma rapidez que também surpreende. Felina.

A utilização de referendos nas empresas é, pelo menos com esta dimensão, uma novidade. Que vem ao encontro da reivindicação democrática da utilização do referendo como instrumento efectivo de uma democracia.

Mas é verdade que o voto é um acto individual, em que cada um está consigo próprio e só uma forte consciência de classe pode vencer o isolamento do trabalhador perante a decisão que é apenas sua no acto de votar sobre uma questão colocada em termos viciados, perversos.

Quando se pergunta a um trabalhador se quer manter "estes" postos de trabalho ou que a empresa acabe, quando se lhe pergunta se, indo encerrar-se a empresa, quer estes "prémios" e "indenizações" já assegurados ou a ausência de um "plano social de acompanhamento", só quem tem consciência de que a resposta não é individual mas colectiva, que há outras alternativas, que os termos em que se colocam as questões são outros bem diferentes e derivados da luta e das lutas anteriores e vizinhas (ou não), pode dar outras respostas. De classe.

Os sinais existem. Multiplicar-se-ão. Não se conte é com "distracções" ou facilidades do outro lado. Os caminhos não são fáceis. Mas são, apenas e só, os da luta.



■ Sérgio Ribeiro



das". Uma questão de grau de optimismo ou de pessimismo. Não que, entre esses, a luta e a vontade de lutar tivessem esmorecido, mas o realismo impunha a consciência de que as condições de luta eram bem mais difíceis.

Depois, daqui e dali, começaram a chegar sinais. Sinais de que, afinal, "aquilo" a que alguns tinham apressadamente passado a certidão de óbito - a ideia do socialismo, o comunismo, os partidos com este nome e objectivo, as ideologias, a dicotomia esquerda/direita, a luta social, as massas na rua - não tinha morrido e até revelava alguma saúde.

Os sinais "belgas"

Não vou arrolar ou exemplificar esses sinais, de diferente importância e significado, até em razão de vivências e sensibilidades, mas tenho vindo a insistir no caso da Bélgica. Talvez porque alguns sinais significativos de que o movimento social recuperou dinâmica, e ganhou dinâmicas

defesa de postos de trabalho, contra uma orientação económica que faz tudo depender de critérios nominativos, de Maastricht, houve uma surpreendente ligação do que aparentemente nada tinha a ver entre si, e foi a sociedade inteira que se revelou, a quem para ela olhou, chocado e interrogativo. Sociedade que, no seu conjunto, se mostrou podre e não com algumas podridões pontuais e sem ligação entre si.

Um salto (talvez) qualitativo e a reacção

Diria que foi um salto qualitativo. Mas também diria, como logo pensei e disse, que ele era epidérmico, que poderia não se enraizar, que a poderosíssima máquina do capitalismo, que se serve desta democracia à sua medida, iria reagir. Que iria tentar recuperar.

Era fatal!

Pé-ante-pé, como as bestas sabidas lutando pela sobrevivência, sem precipita-

A independência da Escócia

■ Manoel de Lencastre

Foi comprada pelos ingleses

Convencido de que as forças armadas do rei de Inglaterra, Charles I, não teriam dificuldades em subjugar o exército revoltoso que apoiava o Parlamento na Guerra Civil inglesa, hostilizado pelos protestantes no poder em Edimburgo, o marquês de Montrose (1612-1650) não hesitou em colocar-se ao lado do primeiro e, sublevando as Terras Altas da Escócia (Highlands) fez um apelo ao país profundo. Parte deste, principalmente aqueles a quem o chamado «governo de Deus» dos protestantes e o fanatismo dos presbiterianos começava a desiludir, seguiu-o. Os escoceses dos velhos clãs do Norte pensaram, por momentos, que lutando ao lado de Montrose acabariam por sentar-se à mesa da vitória quando o conflito terminasse. Esperavam conseguir defender um sistema social visivelmente decadente.

A guerra civil inglesa

Em 1643, tudo indicava que o rei de Inglaterra conseguiria atingir os objectivos que o haviam lançado no atoleiro da Guerra Civil. Poucos imaginavam, nessa altura, as momentosas consequências que surgiriam. Mas, a situação começou, gradualmente, a tornar-se mais complexa. Os novos tempos não contemplavam com benevolência os mal pensados actos do rei Charles I. E, assim, enquanto o exército favorável ao Parlamento inglês vencia em Marston Moore (Junho 1644) a campanha de Montrose avançava na Escócia e registava triunfos significativos em Tippermuir e Aberdeen. Teve lugar, então, o famoso saque desta importante cidade. Nas circunstâncias, Montrose viu-se no controlo do Norte da Escócia. Isso contribuía de maneira decisiva para que se mantivessem paralisadas importantes formações militares inglesas cujas instruções, segundo Cromwell, consistiam em não permitir que o general escocês avançasse para o sul do país e invadisse a própria Inglaterra.

Porém, no ano de 1645, os dados da situação na campanha escocesa seriam profundamente alterados. O marquês de Montrose saíria vencedor das batalhas de Inverlochy, Auldeam, Alford e Kilsyth, mas em Naseby, uma povoação inglesa situada no condado de Northamptonshire, Cromwell e Fairfax derrotavam, decisivamente, as forças do rei. Sem dúvida, Montrose sentiu que a sua campanha poderia acabar num desastre. Importantes contingentes que o haviam acompanhado começavam, já, a desertar e o exército regular escocês, comandado por Leslie, tirando conclusões do que acontecera em Naseby, começava a preparar-se para dar entrada nas operações da Guerra Civil que se alargava, rapidamente, a todos os cantos das Ilhas britânicas. Com os movimentos livres, Leslie colocou-se ao lado de Cromwell e, claramente, contra Montrose e Charles I.

Nestas condições, Montrose foi surpreendido em Philhaugh e viu-se forçado a fugir para a Noruega enquanto, um pouco por toda a Inglaterra e a Escócia, os exércitos leais à causa real conheciam a desintegração. Charles I entregou-se aos escoceses (1446) e chegava-se, assim, ao fim daquilo a que é usual designar-se como a Primeira Guerra Civil. Oliver Cromwell, contudo, havia organizado um poderoso aparelho militar a que se chamava o «Exército de Modelo Novo» e este não permaneceria inactivo por muito tempo. Quando, após as célebres conferências de Newcastle, o rei foi transportado para Londres sob prisão, a complicada situação política inglesa, longe de esclarecer-se e resolver-se, ameaçava dar lugar ao reatamento das hostilidades. A intransigência do monarca, a sua incapacidade para aceitar a realidade que era a supremacia da instituição parlamentar, precipitaram os acontecimentos. Continuando a conspirar para que a sua posição de rei absoluto fosse sustentada interna e externamente, Charles I provocou a realização de novos levantamentos militares contra Cromwell. E a Escócia descobriu, uma vez mais, o perigo que representava para a sua independência a enorme concentração de forças que era o «Exército de Modelo Novo» também conhecido como os «Roundheads» (cabeças redondas) devido ao formato arredondado dos capacetes que os soldados usavam.

Vingança de Cromwell

A luta armada recomeçou. Era a Segunda Guerra Civil. Os escoceses, receando o exército de Cromwell, voltaram a colocar-se ao

lado do rei de Inglaterra enquanto alguns levantamentos militares em Kent, em Colchester, no sul do País de Gales e no Yorkshire faziam marchar, uma vez mais, o exército comandado pelo histórico Oliver Cromwell que, nesta fase da Guerra Civil, combateria até à vitória final. Em 1648, na famosa batalha de Preston, o exército revolucionário e

defensor dos direitos do Parlamento contra o absolutismo de Charles I, derrotava as tropas reais e os contingentes escoceses que as apoiavam. O rei foi executado, no ano seguinte. Mas a Inglaterra sen-



Traição à Pátria

Através dos anos, a Escócia continuou a assistir a assassinios de arcebispos, à expulsão de ministros presbiterianos, a batalhas entre facções do protestantismo e a outras entre todas estas facções e aquilo que restava do mundo do catolicismo. O país do «Braveheart» mergulhava na incerteza e no fosso das mil indecisões. Em 1689, James VII (James II de Inglaterra) foi deposto devido às suas tendências pró-católicas. O trono escocês foi oferecido a Guilherme III, de Orange, e a sua mulher, Mary, filha do rei. E surgiu um tempo de novas promessas à custa dos direitos de terceiros. A Escócia aliou-se aos ingleses para novas invasões da Irlanda mártir. Os protestantes de ambos os países espezinharam a comunidade católica do Ulster. Em 1705, o Parlamento de Edimburgo aceitava, finalmente, que se realizassem negociações para que a União se realizasse.

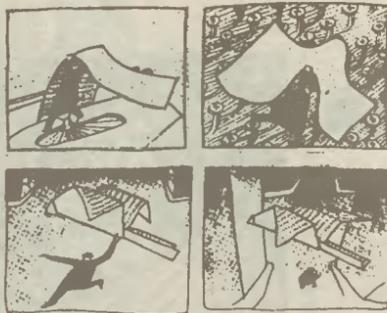
Mas a Escócia histórica, eternamente céptica, continuava a reagir. Levantamentos populares em Dundee (1689) e o resultado da batalha

de Killiecrankie, tinham dado lugar ao restabelecimento do sistema governamental e religioso dos presbiterianos. O massacre dos Macdonalds pelos Campbell, em Glencoe (1692), perpetrado com a conivência dos ingleses, intrigava o país e levava-o a temer, profundamente, o perigo da união com a nação vizinha. Tiveram lugar, então, algumas iniciativas para a modernização e conseqüente abertura da Escócia ao mundo. Dotou-se o país com alguns navios que seriam o embrião de uma futura marinha de guerra. Procurou-se criar um sistema colonial próprio, a exemplo do que se via em Inglaterra. Mas todos os esquemas experimentados resultaram em absolutos fracassos. Chegou o tempo da desmoralização. Aproveitando-se das condições, um bom número de traidores começou a trabalhar, febrilmente, no Parlamento de Edimburgo para que a Escócia reconhecesse a sua inviabilidade e se deixasse abraçar, finalmente, pela ideia da União. Entre esses traidores, que os ingleses pegavam generosamente, contavam-se Lord Queensberry, Lord Fraser, Lord Cessnock e Lord Banff. E a verdade é que o Parlamento escocês não era uma instituição precisamente nacional. Era um instrumento da oligarquia feudal que pretendia apresentar-se com uma ténue tonalidade liberal, mas que servia de cobertura para a opressão e a tiranização do povo escocês.

O Tratado de União entre os dois povos foi assinado em 1707 e, assim, a Inglaterra e a Escócia, com o País de Gales, passaram a formar o Reino Unido da Grã-Bretanha que, apesar das dificuldades próprias dos novos tempos que vivemos, ainda existe.

Quanto ao estudo da nova Escócia, um país que também construiu o Império, a nação industrial e operária, europeia e moderna, a da greve geral de 1926, aquela que assistiu, horrorizada, à entrada dos tanques ingleses na George Square em Glasgow, em 1919, e viu como se desmantela um dos maiores parques industriais do mundo para reduzir tudo a zero e o povo ao desemprego e à exclusão, integrá-lo-emos num outro trabalho que estamos a preparar para os leitores do «Avante!» Esse trabalho obedecerá ao plano e ao título de: «A História do Império Perdido».

EM FOCO



Nas mãos dos mais ricos - I

A análise do papel dos *media* na nossa sociedade pode ser desenvolvida de diversos ângulos e sob diversas perspectivas, complementares e mutuamente enriquecedoras, convergentes numa visão global que permita definir com rigor mínimo o lugar, as funções e os efeitos, pessoais e sociais, dos meios de comunicação de massa.

Um dos caminhos a seguir é o da análise económica, dirigida, nomeadamente, para o estudo das empresas e dos seus proprietários.

Trata-se de uma direcção de trabalho geralmente pouco utilizada (não só entre nós) que, quando não é pura e simplesmente ignorada, se fica por apreciações superficiais, incapazes de fornecer elementos propiciadores de uma análise mais aprofundada.

A verdade, porém, é que o estudo da propriedade dos grandes *media* se revela um factor essencial (ainda que não único) para a compreensão das próprias formas e conteúdos informativos.

Além do mais, ajuda a compreender as raízes e razões que permitem definir a actividade mediática como um fenómeno social estreitamente ligado aos interesses e à luta de classes, deste modo sublinhado, contra mitos e mistificações, a natureza de classe do processo de produção da grande informação de massas na nossa sociedade.

Não se trata de chavões nem de tentativas de meter à força a realidade dentro de esquemas preconcebidos. Trata-se de factos.

Nas mãos dos mais ricos - II

A recente divulgação, pela revista *Fortuna*, dos «Bilionários 97», abrangendo os «400 mais ricos» do nosso país, trata-se de um valioso trabalho jornalístico que, nesta perspectiva, contém elementos esclarecedores sobre o lugar absoluto e o posicionamento relativo dos donos dos principais órgãos de comunicação social portugueses.

A identificação dos «Bilionários 97» inclui duas listagens. Numa primeira, indicam-se «os 153 mais ricos de Portugal» ou, pelo menos, aqueles sobre os quais foi possível obter dados que permitem assim classificá-los. Numa segunda listagem estão «os outros bilionários», indicando-se mais centena e meia de nomes sobre os quais, por diversas razões, foi mais difícil obter elementos precisos, mas que se se julgou dever igualmente incluir entre os «Bilionários 97».

Aquela primeira listagem (na qual ao nome se junta, entre parêntesis, o respectivo património líquido, em milhões de contos) é encabeçada por António Champalimaud (277,9), que assim se afirma, de longe, como o homem mais rico do nosso país.

Entre «os 153 mais ricos» figuram os proprietários dos dois maiores grupos *multimedia* nacionais. Em 41º e 42º lugares aparecem Maria Perpétua Bordallo da Silva e seu marido, Luís Augusto Silva (41,1), patrão da Lusomundo, a quem pertencem, nomeadamente, o *Jornal de Notícias*, o *Diário de Notícias* e a *Grande Reportagem*, a TSF e a Rádio Energia, a gráfica Naveprinter, a distribuidora Delta-press, imobiliário e ainda, e principalmente, uma posição dominante na exibição (com salas de cinema também em Espanha e Moçambique) e distribuição de filmes e de vídeo.

Em 97º lugar está Francisco Pinto Balsemão (10,1), que através da Imprensa controla aquele que, em termos de número de órgãos de comunicação social, é o maior grupo mediático nacional (em associação com capital estrangeiro), nomeadamente: SIC, *Expresso*, *A Capital*, *Turbo*,

Caras, *Exame*, *Activa*, *Cosmopolitan*, *Casa Cláudia*, *Blitz*, *Carícia*, *Superjovem* e outras, a que se juntam a gráfica Imprejornal, metade da distribuidora VASP (líder do mercado), publicidade, imobiliário, etc.

Mas, nesta listagem figuram igualmente outros donos de grupos económicos que, não se dedicando exclusivamente à comunicação social, têm nesta posições de grande importância.

Em 39º lugar está Joe Berardo (41,9) que, para além do *Record* e da *Máxima*, reforçou recentemente, de forma substancial, a sua participação na SIC, comprando a posição nesta de Jacques Rodrigues. E em 130º está, precisamente, Jacques Rodrigues (5 milhões) que domina, através da Impala, o mercado das revistas populares: *Maria*, *Nova Gente*, *Mulher Moderna*, *TV 7 dias*, *Segredos de Cozinha*, etc., num total de duas dezenas de publicações.

Figuram também outros grandes capitalistas que, mesmo não estando a indústria mediática entre os seus principais interesses, nela têm significativas posições.

É o caso do 3º mais rico, Belmiro de Azevedo (222,3) que aqui há anos pareceu pretender assumir neste sector um certo protagonismo, depois não confirmado, limitando-se hoje ao *Público*; do 21º, José Manuel de Mello (58,3), cujo império abrange cerca de duas centenas de empresas, incluindo uma participação na SIC; e do 76º, Dias da Cunha (14,9), com acções na TVI.

Quanto à referida segunda listagem (e continuando aqui a considerar apenas os nomes directamente ligados à imprensa, rádio e TV), outros merecem referência.

Nela figuram Miguel Paes do Amaral, patrão do grupo SOCI, que controla praticamente toda a informação económica (*Diário Económico*, *Semanário Económico*, *Valor*, *Fortuna*, etc.) e ainda a TVI, a Rádio Comercial e *O Independente*; Carlos Barbosa, Vitor Direito e Carlos Moraes, que dominam o *Correio da Manhã* e 50% da distribuidora VASP (a outra metade pertence a Balsemão) e das publicações *Forum*; e ainda Maria Margarida Ribeiro dos Reis, principal accionista de *A Bola*.

Nas mãos dos mais ricos - III

Se tivermos em conta os órgãos acima citados, facilmente verificaremos que nas mãos dos «mais ricos» está quase tudo ou, em alguns sectores, tudo o que de mais significativo existe no nosso país em termos de jornais diários, semanários, revistas populares, rádio (excluindo as do Estado e da Igreja Católica) e TV privada.

Uma dezena de grandes empresários domina a mais importante comunicação social de massas em Portugal, revelando o grau a que chegou o movimento de concentração da propriedade e de incentivo à formação de grandes grupos económicos (em conjugação com as reprivatizações no sector, na segunda metade da década de oitenta)

impulsionado pelos governos do PSD e do PS, com o apoio e o aplauso das centrais patronais.

Para os analistas e estudiosos dos *media*, seria perigoso cair no erro de estabelecer, por sistema, uma relação linear de causa e efeito entre, por um lado, a propriedade dos *media* e, por outro, os conteúdos informativos.

Entre um e outro plano intervêm instâncias de intermediação que têm a ver quer com as condições de produção da informação (relativas, por exemplo, aos jornalistas e outros agentes, dotados de uma autonomia relativa, às rotinas produtivas, etc.), quer com as próprias estratégias empresariais dos grupos económicos, implicando opções editoriais diferenciadas (tendo em conta a natureza de cada órgão, o seu posicionamento no mercado e o público a atingir, o maior ou menor «liberalismo» do empresário, etc.).

Mais perigoso ainda, porém, seria subestimar a natureza da propriedade numa indústria como a mediática, de influência determinante nas formas individuais e colectivas de pensar e de agir na sociedade.

Subestimação essa que vem ao de cima, por exemplo, quando se invocam os «critérios jornalísticos» (para os defender, para os atacar ou, simplesmente, para os caracterizar) sem ter em conta a intervenção dos donos dos *media*. Sendo certo que, dentro das redacções, essa intervenção se exprime geralmente de uma forma não ostensiva, através de normas não escritas, de uma pressão latente, de um consenso implícito, à sombra dos «hábitos da casa» e sob o controlo dos responsáveis editoriais.

O processo continuado de produção da informação, tanto ao nível de cada órgão como ao nível global, não é o reflexo mecânico e automático do poder proprietário. Ocorrem frequentemente desajustes, dissidências, contradições. Mas, na análise da acção e da influência dos grandes meios de comunicação de massa, é impossível não ter em conta a vontade e os interesses (pessoais e de classe) daqueles a quem, em última instância, toda a cadeia de produção está submetida e a quem, quando tal se torna necessário, cabe a última palavra: os patrões dos *media*.

Ou seja, conforme acima ficou comprovado: a vontade e os interesses de alguns dos mais ricos entre os muito ricos.



TELEVISÃO

Quinta, 21

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
10.30 Uma Estranha Dama
11.30 Praça da Alegria
12.00 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Força de Mulher
14.40 Nós, os Ricos
15.10 86-60-86
15.45 Carmen
17.50 Alta Voltagem
18.30 Na Paz dos Anjos
19.15 País País
20.00 Telejornal
20.45 TV Verdade
21.15 Filhos do Vento
22.15 Grande Noite do Fado (Parte II)
23.55 24 Horas
00.30 Motores
01.10 Coração Rebelde (de Tony Bill, EUA/1992, com Christian Slater, Marisa Tomei, Rosie Perez. Drama)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.30 Natação - Campeonato Europeu
17.05 O Polvo
17.50 Imagens Vivas
18.45 Um, Dó, Li, Tá
20.00 Infantil
20.30 Euronews
21.10 Remate
21.25 Amigos por Acaso
22.00 Jornal 2
22.40 Uma Questão de Mulheres (de Claude Chabrol, Fr.1988, com Isabelle Huppert, François Cluzet, Marie Trintignant, Lolita Chammah. Ver Destaque)
00.25 Magacine
00.55 Heróis da Esquadrilha

SIC

09.10 Buêré
11.00 Receitas do Dia
11.30 Tocaia Grande
12.30 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Walker
15.45 Buêré
17.30 Mulheres de Areia
19.00 O Amor Está no Ar
20.00 Jornal da Noite
20.50 Malucos do Riso
21.20 A Indomada
22.30 Paródia Nacional
24.00 24 Horas
00.25 O Cliente
01.25 Speed II - A Abrir
02.05 Vibrações

TVI

10.05 Animação
11.40 Esquadrão Classe A
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
16.10 Éramos Seis
16.50 O Barco do Amor
17.40 Esquadrão Classe A
18.30 Models
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Paixão e Loucura (de Stephen Gyllenhal, G.Br.1992, com Jeremy Irons, Ethan Hawke, Sinead Cusack. Drama)
00.20 TVI Jornal
00.40 Fora de Jogo
01.00 A Balada de Hill Street

Os Irmãos Marx esta semana em «Foyer»



Sexta, 22

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
10.30 Uma Estranha Dama
11.30 Praça da Alegria
12.00 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Olho Clínico
14.45 Força de Mulher
15.50 100% Natural
17.00 Carmen
17.45 Reformado e Mal Pago
18.20 Na Paz dos Anjos
19.15 País País
20.00 Telejornal
20.50 TV Verdade
21.20 As Lições do Tonecas
21.55 Filhos do Vento
22.55 Jogos Sem Fronteiras
00.35 24 Horas
01.20 Guerreiro Cyborg (de Albert Pyun, EUA/1993, com Kathy Long, Lance Henriksen, Kris Kristofferson. «Thriller») Ficção Científica)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.30 Natação - Campeonato Europeu
17.05 O Polvo
17.50 Imagens Vivas
18.45 Um, Dó, Li, Tá
20.00 Infantil

Bernstein apresenta e dirige esta semana, Sábado na RTP2, a 9ª Sinfonia de Beethoven



20.30 Euronews
21.10 Remate
21.25 Sonhos Perdidos
22.00 Jornal 2
22.40 Patton (de Franklin S. Schaffner, EUA/1969, com George C. Scott, Karl Malden, Stephen Young, Michael Strong. Ver Destaque)
00.15 Campos de Batalha

SIC

09.10 Buêré
11.00 Receitas do Dia
11.30 Tocaia Grande
12.30 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Walker
15.45 Buêré
17.30 Mulheres de Areia
19.00 O Amor Está no Ar
20.00 Jornal da Noite
20.50 Srs. Doutores
21.20 A Indomada
22.30 Moda Mar
23.40 Flashdance (de Adrian Lyne, EUA/1983), com Jennifer Beals, Michael Nouri, Liliya Skala. Drama)
02.30 Último Jornal
02.55 Os Astronautas
04.15 Vibrações

TVI

10.05 Animação
11.40 Esquadrão Classe A
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
16.10 Éramos Seis
16.50 O Barco do Amor
17.40 Esquadrão Classe A
18.30 Models
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 FX: Efeitos Mortais
23.00 VR5 - Realidade Virtual
24.00 Explosão na Noite (de Jerold Freedman, EUA/1990, com Lesley Anne Down, Robert Ulrich. Drama)
02.15 TVI Jornal
02.45 A Ballada de Hill Street

Sábado, 23

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
10.55 Último Nível
11.25 Confissões de Adolescentes
12.00 Fórmula 1 - GP da Bélgica
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top +
14.55 Alta Voltagem
15.30 Viagem ao Futuro
16.20 Amores e Rebeldia
17.35 Companhia dos Animais
18.10 Super Bébés
18.45 Há Horas Felizes
20.00 Telejornal
20.50 Isto Só Vídeo
21.25 Futebol: Farense-Sporting
23.25 O Caminho das Estrelas
00.25 24 Horas
01.00 A Morte de David (de Marisa Silver, EUA/1988, com Keanu Reeves, Alan Boyce, Michelle Mayrink, Barry Corbin, Kathy Baker. Drama)
02.45 Trama Indecente (de Yuri Zeltser, EUA-G.Br.1994, com Colin Firth, Jennifer Rubin, John Getz. «Thriller»)

RTP 2

12.05 Vida por Vida
12.20 Maravilhas do Mundo Moderno
13.00 Ellen III

SIC

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.20 Guerra Civil de Espanha
12.15 Como Salvar a Terra
12.40 Em Busca de Vestígios Esquecidos
13.30 Jornal d'África
14.05 A Lei das Ruas
15.00 Desporto 2
18.00 Serenidade (de Rosa Coutinho Cabral, Port.1987, com Rogério Samora, Guida Maria, Francisco Praia, Luís Cabral. Drama.)
19.30 Bom Bordo
20.05 Artes e Letras - «Grandes Escritores do Séc. XX - Primo Levi»
21.35 Primavera dos Pavões
22.35 Horizontes da Memória
23.05 Teatro: «A Morte de Molière»
00.05 «The Siege at Ruby Ridge»
01.05 Anjos, Enviados de Deus

SIC

08.30 Buêré
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Dragon Ball Z
14.40 Xena, Princesa Guerreira
16.00 Cidade Escaldante
17.00 Que Sorte Malvada - I (de Nadia Tass, EUA/1991, com Martin Short, Danny Glover, Sheila Kelley. Comédia)
19.00 Sonho Meu
20.00 Jornal da Noite
20.45 Salsa e Merengue
21.45 Agora ou Nunca
22.45 A Última Reportagem (de Philip Borsos, EUA/1985, com Kurt Russel, Muriel Hemingway, Richard Jordan, Andy Garcia. «Thriller»)
00.45 Último Jornal
01.15 Já Soares

TVI

08.00 Missa (Transmissão de Paris)
12.00 Notícias
12.15 Portugal Português
13.20 O Detective das Mil Caras
14.20 Cousteau - As Novas Descobertas
15.15 Uma Família à Direitas
15.45 Homem Aranha - O Motim e a Maldição de Rava (de Tom Blank e Michael Caffey, EUA/1978, com Nicholas Hammond, Robert F. Simon, Chip Fields. Aventuras)
17.35 O Céu Como Horizonte
19.30 Futebol - Juventus-Vicenza
21.15 Telejornal
21.50 Edição Especial
22.40 Lembra-te da Última Noite? (de Edward Zwick, EUA/1986, com Rob Lowe, Demi Moore, Jim Belushi, Elizabeth Perkins. Drama)



«A Morte de Molière», teatro em televisão de alta definição, com o concurso de Bob Wilson, Werner Mueller e Philip Glass é o grande momento de televisão da semana - Domingo às 23h na RTP2

Domingo, 24

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
11.15 Sem Limites
11.45 Confissões de Adolescentes
12.30 Jornal da Tarde
12.55 Fórmula 1 - GP da Bélgica
15.00 Made in Portugal
16.15 Viagem ao Futuro
17.50 Amores e Rebeldia
17.10 Cinco Gémeas que Valem Milhões
18.50 Jet 7
19.25 Casa Cheia
20.00 Telejornal
20.55 Casa de Artistas
22.15 Filhos do Vento
23.10 Desporto
01.10 24 Horas
01.40 Inesquecível (de Graeme Campbell, EUA/1995, com John Ritter, Harley Jane, Kozak, Kevin Dumm. Telefilme. Drama)
03.25 Polícia em Acção

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.20 Guerra Civil de Espanha
12.15 Como Salvar a Terra
12.40 Em Busca de Vestígios Esquecidos
13.30 Jornal d'África
14.05 A Lei das Ruas
15.00 Desporto 2
18.00 Serenidade (de Rosa Coutinho Cabral, Port.1987, com Rogério Samora, Guida Maria, Francisco Praia, Luís Cabral. Drama.)
19.30 Bom Bordo
20.05 Artes e Letras - «Grandes Escritores do Séc. XX - Primo Levi»
21.35 Primavera dos Pavões
22.35 Horizontes da Memória
23.05 Teatro: «A Morte de Molière»
00.05 «The Siege at Ruby Ridge»
01.05 Anjos, Enviados de Deus

SIC

08.30 Buêré
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Dragon Ball Z
14.40 Xena, Princesa Guerreira
16.00 Cidade Escaldante
17.00 Que Sorte Malvada - I (de Nadia Tass, EUA/1991, com Martin Short, Danny Glover, Sheila Kelley. Comédia)
19.00 Sonho Meu
20.00 Jornal da Noite
20.45 Salsa e Merengue
21.45 Agora ou Nunca
22.45 A Última Reportagem (de Philip Borsos, EUA/1985, com Kurt Russel, Muriel Hemingway, Richard Jordan, Andy Garcia. «Thriller»)
00.45 Último Jornal
01.15 Já Soares

TVI

10.10 Animação
11.40 Esquadrão Classe A
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
16.10 Éramos Seis
16.50 O Barco do Amor
17.40 Esquadrão Classe A
18.30 Models
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Um Homem sem Passado
23.00 PSI Factor
24.00 TVI Jornal
00.30 A Balada de Hill Street

Segunda, 25

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
10.40 Uma Estranha Dama
11.30 Praça da Alegria
12.00 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Força de Mulher
14.40 Nico d'Obra
15.10 Made in Portugal
16.35 Carmen
18.00 Companhia dos Animais
18.30 Na Paz dos Anjos
19.15 País País
20.00 Telejornal
20.55 Futebol: Varzim-F. C. Porto
23.00 Filhos do Vento
24.00 TV Verdade
00.35 24 Horas
01.15 Nascido para a Aventura (de Albert Nagall, EUA/1993, com Richard Grieco, Jay Acovone, Shelli Lether. Telefilme. Aventuras)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Ellen III
16.00 Departamento de Homicídios
17.00 O Polvo
17.50 Imagens Vivas
18.45 Um, Dó, Li, Tá
20.00 Infantil
20.30 O Importante São as Pessoas
21.15 Remate
21.25 Murphy Brown
22.00 Jornal 2
22.40 O Caminho das Estrelas (de Robert Wise, EUA/1979, com William Shatner, Leonard Nimoy, DeForrest Kelley, James Doohan, George Takei. Ver Destaque)
00.50 Nas Entrelinhas

SIC

09.10 Buêré
11.00 As Receitas do Dia
11.30 Tocaia Grande
12.30 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Walker
15.45 Buêré
17.30 Mulheres de Areia
19.00 O Amor Está no Ar
20.00 Jornal da Noite
20.50 Trapalhões
21.30 A Indomada
23.00 FBI - Bomba Humana (de Mark Roper, EUA/1995, com Joe Lara, Cynthia Brooks, Bryan Genesse. Acção)
01.00 Último Jornal
01.25 Os Rangers do Texas
02.55 Vibrações

TVI

10.10 Animação
11.40 Esquadrão Classe A
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
16.10 Éramos Seis
16.50 O Barco do Amor
17.40 Esquadrão Classe A
18.30 Models
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Reencontro com o Passado (de Waris Hussein, EUA/1995, com Kellie Martin, Sharon Lawrence, Edward Herrmann. Telefilme. Drama)
23.40 TVI Jornal
0025A Balada de Hill Street

Terça, 26

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
10.30 Uma Estranha Dama
11.30 Praça da Alegria
12.00 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Força de Mulher
14.45 Lições do Tonecas
15.15 Jet 7
15.50 Carmen
17.15 Último Nível
18.20 Na Paz dos Anjos
19.15 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 TV Verdade
21.15 Filhos do Vento
22.15 Antenas no Ar
23.50 Rádio Patrulha
00.35 86-60-86
01.05 24 Horas
02.00 Herança Perigosa (de Leonard B. Stern, EUA/1991, com Eric Idle, Robert Whul. Comédia)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.30 Ellen III
16.00 Departamento de Homicídios
17.05 O Polvo
17.50 Imagens Vivas
18.45 Um, Dó, Li, Tá
20.30 Rotações
21.10 Remate
21.25 A Grande Barraca

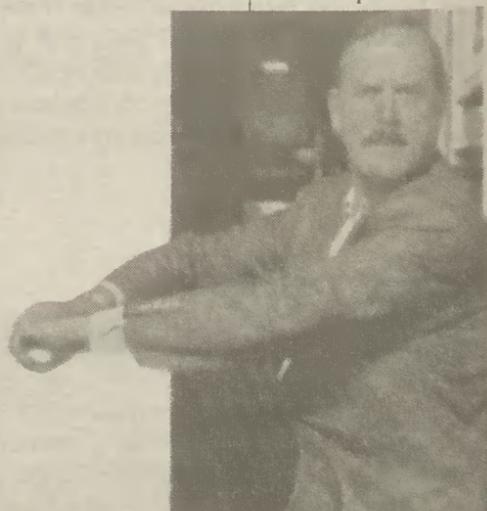
Quarta, 27

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
10.30 Uma Estranha Dama
11.30 Praça da Alegria
12.00 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Força de Mulher
14.40 Isto Só Vídeo
15.15 Super Bebés
15.50 Carmen
17.55 Sem Limites
18.20 Na Paz dos Anjos
19.00 País País
19.20 Vamos Jogar no Totobola
20.00 Telejornal
20.45 TV Verdade
21.25 Filhos do Vento
23.00 Um Polícia de Acção (de Sandor Stern, EUA/1995, com David Hasselhoff. «Thriller»)
00.45 24 Horas
01.25 Noivas de Dezembro (de Taddeus O' Sullivan, Ir.1990, com Saskia Reeves, Donald McCann, Ciaran Hinds. Drama)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.30 Ellen III
16.00 Departamento de Homicídios
17.05 O Polvo
17.50 Imagens Vivas
18.45 Um, Dó, Li, Tá
20.30 Rotações
21.10 Remate
21.25 Os Simpsons



A Grande Barraca, com um cheirinho de Monthy Python, à Terça na RTP2

22.00 Jornal 2
22.40 Star Trek II - A Ira de Khan (de Nicholas Meyer, EUA/1982, com William Shatner, Leonard Nimoy, DeForrest Kelley, James Doohan, George Takei, Ricardo Montalban. Ver Destaque)
00.30 Jools Holland

SIC

09.10 Buêré
11.00 As Receitas do Dia
11.30 Tocaia Grande
12.30 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Walker
15.45 Buêré
17.30 Mulheres de Areia
19.00 O Amor Está no Ar
20.00 Jornal da Noite
20.50 Imagens Reais
21.20 A Indomada
22.20 Grande Reportagem
23.30 O Cliente
00.30 Último Jornal
01.20 Vibrações

TVI

10.10 Animação
11.40 Esquadrão Classe A
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
16.10 Éramos Seis
16.50 O Barco do Amor
17.40 Esquadrão Classe A
18.30 Models
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Reencontro com o Passado (de Waris Hussein, EUA/1995, com Kellie Martin, Sharon Lawrence, Edward Herrmann. Telefilme. Drama)
23.40 TVI Jornal
0025A Balada de Hill Street

SIC

09.10 Buêré
11.00 As Receitas do Dia
11.30 Tocaia Grande
12.30 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Walker
15.45 Buêré
17.30 Mulheres de Areia
19.00 O Amor Está no Ar
20.00 Jornal da Noite
20.50 Cuidado com o Fantasma
21.20 A Indomada
22.20 Cantigas da Rua
23.20 O Homem da Meia-Noite
00.25 Último Jornal
00.50 Toda Verdade
02.10 Vibrações

TVI

10.05 Animação
11.40 Esquadrão Classe A
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
16.10 Éramos Seis
16.50 O Barco do Amor
17.40 Esquadrão Classe A
18.30 Models
19.30 Mica 97/98
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 E a Banda Continua a Tocar (de Roger Spottiswoode, EUA/1993, com Lily Tomlin, Richard Gere, Anjelica Huston, Steve Martin, Alan Aida, Matthew Modine. Telefilme. Drama)
00.30 TVI Jornal
00.50 Fora de Jogo
01.45 A Balada de Hill Street



Jornadas de trabalho na Festa do Avante!

● Pavilhão de Bragança

Dias 18 a 24 de Agosto

*Os camaradas de Bragança precisam da nossa e tua ajuda!
Participa na construção do Pavilhão
e no convívio que se realiza Domingo na Atalaia*

● Concelho de Oeiras

Domingo, 24 de Agosto

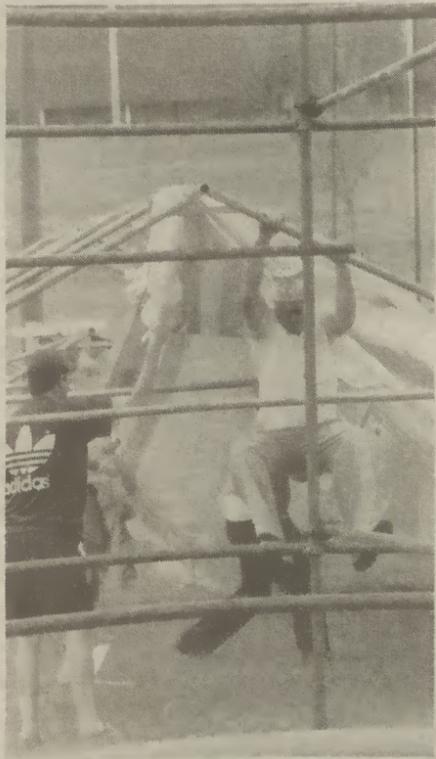
*(Transportes para a Festa:
de Oeiras (Estação CP), às 07.20, com
passagem em
Paço D' Arcos (mercado) - 07.30
Porto Salvo (SIMP) - 07.40
Leceia (Largo) - 07.45
Queijas (junto à Igreja) - 08.05
Carnaxide (ex-Vimeca) - 08.15
Linda-a-Velha (CGD) - 08.20
Algés (Estação CP) - 8.30
Regresso da Festa - 17.00
(Inscrições: CT de Algés
- Tel. 4115746)*



● Concelho de Sintra

Sábado, 23 de Agosto

*(Transportes para a Festa:
de Mem Martins (Centro de Trabalho),
às 08.00, com passagem em
Mercês (BP) - 08.05
Rio de Mouro (CT) - 08.10
Aqualva-Cacém (CT) - 08.20
Idanha (Cafés/Nova Rede) - 08.30
Queluz (4 Caminhos/paragens) - 08.40
Regresso da Festa - 18.00
(Inscrições: CTs da zona)*



COM CARLOS CARVALHAS
COSTA DE CAPARICA

PRAÇA DA LIBERDADE
(Junto ao Mercado)

23 de Agosto
pelas 21h.

Intervenções de:

Um representante da JCP;
Firmino Mendes,
cabeça de lista da CDU à JF da Costa de Caparica;
Maria Emília,
cabeça de lista da CDU à CM de Almada;
Carlos Carvalho,
Secretário-Geral do PCP.

COMÍCIO/FESTA CDU

**CDU
é obra!**

CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Festa de Verão em Campo / Valongo Domingo, 24

10.00 - Jogos tradicionais. Música popular
21.00 - Espectáculo com ranchos folclóricos e o conjunto
«Music Band»

CDU Radical

na Praia Grande

23 e 24 de Agosto

Saltos de Elástico (Bungee
Jumping)

Praia das Maçãs

30 e 31 de Agosto

Torneio de Futebol de Praia



DJ's

Pedro Just ★ Angelo ★ João Paulo

FISSUL ★ 23 AGOSTO
sábado ★ das 24h às 12h

Plenário de militantes
da Freguesia do Seixal
Dia 23 às 16h no CT do Seixal

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Uma Questão de Mulheres

(Quinta, 22.40, RTP2)

Num ciclo dedicado pela RTP2 à guerra - à II Guerra Mundial - do qual os campos de batalha estão quase sempre longe do olhar, "Uma Questão de Mulheres" tem a particularidade de ser o único filme francês e ainda de se centrar num ambiente "de província", cenário dessa guerra por todo o vasto território europeu nos países invadidos pelos nazis. Pelas mãos de **Claude Chabrol**, teria que evidenciar mais uma vez as contradições, ambiguidades e injustiças a que foi dando origem.

O filme centra-se na história (verídica?) de Marie Latour, que vive com dois filhos na pobreza e no desconforto, no período de vigência do Governo de Vichy, do colaboracionista e fascista marechal Petain. Um dia, por solidariedade, ajuda uma vizinha a fazer um aborto, mas em breve passa a fazê-los para melhor sobreviver. É o marido, entretanto desmobilizado, que acaba por denunciá-la. Condenada «como exemplo», Marie Latour é guilhotinada em Julho de 43.



O célebre plano inicial de «Patton»

Culpada ou inocente? Chabrol não toma partido - limita-se a pôr em evidência a fragilidade de uma mulher vítima da sua própria condição social e as contradições de uma sociedade destruída, desenraizada, sem rumo. **Isabelle Huppert** é admirável na composição da personagem de Marie Latour, que aliás lhe valeria o Grande Prémio de Interpretação do Festival de Veneza de 1988.

Patton

(Sexta, 22.40, RTP2)

Considerado, pela sua postura autoritária e arrogante e pela desconcertante desenvoltura das afirmações públicas (que chegaram a pôr em causa, pelas suas posições fortemente anti-soviéticas, a coesão dos aliados) como uma das figuras mais polémicas da História contemporânea - o que o levou a ser temido pela própria hierarquia norte-americana e secretamente admirado pelos inimigos máximos, os nazis alemães - o General George Patton, herói da II Grande Guerra Mundial, é a figura central deste filme realizado por Franklin Schaffner em 1970, um ano crucial na história recente dos EUA, quando se tratava de ainda convencer os ameri-



Sean Connery, «007» por excelência

canos da «bondade» do esforço de guerra no Vietname. O filme retrata, de resto, a corajosa e brilhante carreira militar de Patton pelos teatros de guerra do Norte de África, da Sicília, da Normandia e da própria Alemanha, posta em filme com avultados meios e com uma interpretação inesquecível de George S. Scott. Mas a «leitura» do plano inicial do filme - o discurso de Patton exortando os americanos a nunca desistir da luta, surgindo do fundo da escada para o topo de um pedestal colocado à frente de uma enorme bandeira americana ocupando todo o écran - não engana: Patton (é preciso que se diga) com argumento saído da pena de Francis Ford Coppola e Edmund North, é uma das mais claras apologias pró-militaristas de todo o cinema americano e diz-se, mesmo, que inspirou os falcões do Pentágono a orientar a mão de Richard Nixon no premir do botão que levou ao bombardeamento do Cambodja.



Star Trek I, II e III e Douglas Trumbull, o criador de efeitos especiais do primeiro filme

007 - Só Se Vive Duas Vezes

(Sábado, 17.00, SIC)

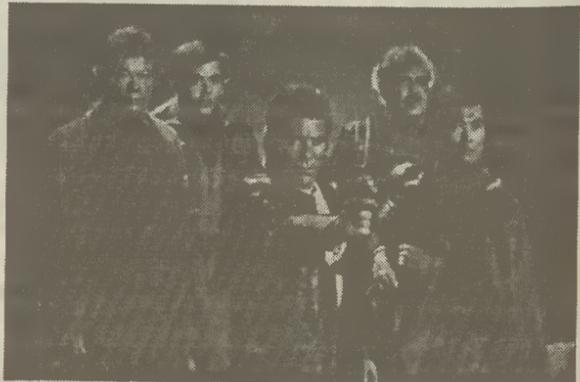
O 5º dos «James Bond» e de Sean Connery como tal, que leva 007 até ao Japão e a um dos seus mais terríficos opositores - Blofeld, a que para sempre ficaria ligado o nome do actor **Donald Pleasence** - assinala, segundo opinião generalizada, uma certa «humanização» de James Bond, apreciável nomeadamente na «ternura» que passa a transmitir às suas parceiras nos encontros amorosos que o filme espregueia.... O mérito cabe sem dúvida a Lewis Gilbert, um eficiente director de actores. Indubitável será no entanto que Sean Connery estriba aqui, no ano de 1967, a conquista do apreciável troféu que é ser o intérprete por excelência de James Bond, que entretanto conheceu outros quatro actores de nomeada e ainda no passado ano renasceu noutra aventura.

Um outro trunfo do filme é resultado do trabalho de Ken Adam, o produtor de efeitos responsável por aquele espantoso «vulcão escavado» onde a grande aventura acontece.

O Caminho das Estrelas

(A partir de Segunda, 22.40, RTP2)

«Diário de bordo da USS Enterprise, data estelar 8454.1...» Muitas vezes ouvimos isto na série "Star Trek", entre nós "O Caminho das Estrelas", que se tornou um objecto televisivo de culto. O primeiro episódio foi para o ar há cerca de trinta anos, em 8 de Setembro de 1966, e é uma ainda hoje espantosa criação de **Gene Roddenberry**. «Star Trek» não conheceu no entanto sucesso imediato, e foi suspensa em 1968. Porém, relançada no ano seguinte, a série acabaria por se tornar um fenómeno de popularidade com milhões de fãs em todo o mundo, os chamados «Trekkies», que ao longo dos 79 episódios produzidos vibraram com as aventuras de Kirk, Spock, McCoy, Scotty, Chekov, Sulu e todas as personagens que foram passando pela nave



Enterprise. No início dos anos oitenta «Star Trek» renasceu das cinzas e chega ao cinema. Até hoje foram produzidos oito filmes, os seis primeiros com o elenco original da série televisiva e a ela ligados em termos de estrutura narrativa e temática. O sucesso foi de novo tal que daria origem... a três novas séries de televisão! A última, em exibição também entre nós - «Star Trek: Voyager», com uma mulher no comando da Enterprise - podia chamar-se qualquer outra coisa: os Trekkies já não se sentem nela reconhecidos.

A partir de segunda-feira, a rubrica «Cinco Noites, Cinco Filmes» da RTP2 regressa justamente com a «Enterprise» nos seus filmes mais marcantes.

O primeiro, «O Caminho das Estrelas» (no original «Star Trek - The Motion Picture»), teve como realizador um cineasta à altura - **Robert Wise** - que soube rodear-se do necessário aparato técnico (e deu largas ao seu talento, eficaz e prático) para transformar este grande «episódio» num prolongado momento de entretenimento. Claro que o argumento tem os clichés habituais do género e já se sabe, à partida, que os nossos companheiros terráqueos (a que vem juntar-se o companheiro de jornada Dr. Spock) se saem inevitavelmente bem na luta contra os «estranhos» de outras galáxias - mas o filme não pretende ser mais do que fiel a isso mesmo.

Notável é nele o trabalho de um mestre de efeitos especiais, **Douglas Trumbull** - o «mágico» de «2001, Odisseia no Espaço» -, tanto mais admirável quanto em 1979, quando o filme foi feito, tudo dependia muito mais de milhentas pequenas e grandes «invenções» e da sua articulação coerente e verosímil do que hoje, quando a computação permite recriar de forma muito mais «industrial» os mundos virtuais em que a ficção científica no cinema e no *multimedia* se constrói.

Em 1982 e em 1984 foram realizados os dois filmes seguintes - «Star Trek - A Ira de Khan», com realização de **Nicholas Meyer** e o reaparecimento (em relação à série) de um dos seus vilões, interpretado por **Ricardo Montalban**, e «Star Trek - A Aventura Continua» que retoma a aventura anterior e é dirigido por um dos seus intérpretes de sempre, **Leonard Nimoy**, o Dr. Spock.

Eis um simpático presente - pelo menos para os trekkies...

■ Correia
da Fonseca

A Espanha, e depois

A Guerra Civil de Espanha vive em mim como uma ferida nunca completamente cicatrizada. É esquisito, porque quando Francisco Franco decidiu encabeçar a cruzada contra a República acabava eu de aprender a ler, e mal, pelo que decerto não estava ainda maduro para as sólidas opções políticas. Mas o caso é que entre 36 e 39 a Guerra de Espanha entrou em minha casa, passe a expressão, e por vias que nunca soube identificar com nitidez tomou conta de mim, para o resto da vida, a solidariedade com o esmagado sonho espanhol de libertação e justiça. É claro que a partir da adolescência me passaram pelas mãos, como a tantos outros, os livros que me falavam da epopeia espanhola mesmo através do severo filtro da repressão salazarista. Mas já então eu tinha dentro de mim, vencido mas não esmagado, o «No pasaran!» hasteado em 36 nas ruas de Madrid. Por isso continuo a acorrer, ávido, para olhar tudo quando a TV me traga acerca daqueles três anos trágicos. Sempre no Segundo Canal, é claro, desde que se trate da televisão portuguesa.

Do Ebro ao Amazonas

Por exemplo: a TV2 está agora a transmitir, nas manhãs de domingo, uma série acerca da Guerra Civil de Espanha, e eu sacrifico de bom grado as manhãs estivais para estar com os republicanos espanhóis que resistiram na Casa del Campo ou em Guadalajara, que foram massacrados em Badajoz e por toda a Espanha. Trata-se de uma série britânica da Granada TV, produzida em 83, e é claro que não me traz novidades, embora sendo certo que poderia trazê-las a muita gente que da Guerra de Espanha julga saber alguma coisa e de facto só sabe o que lhe deixaram saber o fascismo e os seus herdeiros. Quando, ainda não há muito tempo, uma série de excelentes artigos do jornalista Viale Moutinho, publicados no «DN», ensinou ao País alguns rudimentos sobre a verdade da Guerra Civil Espanhola, choveram no jornal cartas de leitores escandalizados porque a verdade não condizia com a versão nazi-fascista que durante décadas lhe havia sido impingida. Esses, e decerto muito outros, teriam muito a aprender com a série que a TV 2 está a transmitir em horário tão sabiamente discreto que concilia a vantagem da transmissão com a conveniência ideológica de só ser visto por raros.

Dir-se-á, e muitos o dizem, que a Guerra Civil de Espanha é História antiga, verdadeiramente jurássica, e que quem ainda se interessa por tão remotos episódios está confessadamente situado à margem do entendimento do mundo actual. Pois sim, mas eu peço licença para sustentar precisamente o contrário: que pouco ou nada entenderá do mundo actual quem se instale, satisfeitinho, na teia de ignorâncias e viciações em que a memória deste conflito foi envolvida. E talvez tudo comece no equívoco de se considerar que a Guerra terminou em 39 com a vitória franquista (completada depois com décadas de repressão selvática que continua a ser ignorada pela generalidade das gentes) ou, na alternativa, com a morte natural e doce do franquismo em 75. Contudo, é já consensual reconhecer-se que na Espanha de 36/39 não se defrontaram apenas espanhóis contra espanhóis, embora com apoios estrangeiros, mas sim um projecto de futuro e a violenta rejeição dele ou, por outras palavras, um projecto de Esquerda contra um projecto de Direita, ambos com significados e envolvências que largamente ultrapassavam a dimensão espanhola. Acontecendo que esse confronto está longe de encerrado, porque é mentira que se tenha dissolvido a fronteira entre Direita e Esquerda e porque é mentira que a História tenha chegado ao fim, como

compreensivelmente desejam os que se sentem de momento vitoriosos.

Por mim, olho a sério que a TV 2 transmite, vejo as imagens da Brigada Internacional a combater no Ebro e do bombardeamento de Guernica, e lembro-me de como tudo aquilo prosseguiu para lá do fim aparente: na resistência ao nazi-fascismo durante a Segunda Guerra Mundial, na queda de Berlim em 45 e no derrube do Muro em 89, na China de 48 e no Brasil dos coronéis, na Cuba libertada por Castro e no Chile martirizado por Pinochet. Olho-a e reflito que a Guerra de Espanha também prossegue na luta dos seringueiros do Estado do Acre, no Brasil, que foi o tema de uma «Grande Reportagem» transmitida pela SIC, numa destas noites, decerto para que não se possa dizer com rigor que é lixo tudo quanto transmite.

Na Era da Comunicação

De facto, lá estavam, de um lado, os camponeses pauperizados, dificilmente sobrevivendo acima do desespero, decididos

Mendes, também do Acre. Dele falou a reportagem, embora um pouco de passagem, mas também de muitos outros igualmente assassinados a mando de grandes fazendeiros ou de grandes empresários, uns e outros empenhados em enorme negociatas cujo altíssimo preço há-de ser pago pelos outros, pelos pequenos, pelos que não têm terra, nem empresa, nem grossas contas nos bancos, nem amigos nos governos. Pelos que não têm nada mas ainda assim metem medo e, porque metem medo, contra eles são mandados assassinos da mais sinistra espécie. A reportagem contou. Com palavras e com imagens, a reportagem contou como os assassinos a soldo dos que mandam, mas temem, matam os que de entre os explorados mais levantam vozes e acções para resistirem às iniquidades. Como eles matam de modo a retribuírem o medo que sentem: torturando as vítimas antes do assassinio, serrando-lhes os membros, furando-lhes os olhos. E a gente aqui, e o mundo, sem sabermos. No País Basco, os desesperados da ETA matam um oficial da polícia ou assassinam um refém, à bomba ou a tiro, e logo uma onda de justificada rejeição chega até nós, nos contagia, e há protestos indignados, e vigílias contra o terrorismo, coisas assim. Mas não sabemos que no Brasil democrático há trabalhadores humildes que são barbaramente supliciados antes de morrerem, homens que falavam português e se atreviam a resistir a infâmias diversas. Não sabemos, porque os que nos vêm contar do terrorismo basco calam o hiperterrorismo dos latifundiários brasileiros.

Calam porque o desconhecem, e se é assim faltam ao seu dever primeiro de se informarem, ou porque optam por não querer saber, assim se tornando cúmplices dos crimes.

É claro que a SIC, transmitindo esta reportagem (de origem dinamarquesa, refira-se), furou o silêncio e por isso lhe são devidos aplauso e louvor mesmo sem se cuidar de saber os motivos da excepção. Mas a questão da eficacíssima muralha de silêncios que nos separa dos seringueiros do Acre como de milhões de outros semi-escravos que por esse planeta forasofrem, lutam e morrem, nem sequer se



contudo a não se renderem, e, do outro, os grandes senhores das terras e das indústrias. Como na Espanha de há sessenta anos. E, como há sessenta anos, a solidariedade de gente honrada de diversos lugares do mundo, não disposta, é certo, a bater-se de armas na mão como os brigadistas do Ebro, mas já a usar essas outras armas possíveis que são as câmaras de televisão mobilizadas desta vez para a verdade como tantas vezes o têm sido para a falsificação.

Dos seringueiros do Acre não se tem falado muito. Dos Sem-Terra, sim, talvez sobretudo depois do assassinio de Chico

pode situar no quadro dos *media* nacionais: é uma cumplicidade que atravessa meridianos e paralelos para ditar a sua lei ao mundo inteiro, forte dos poderes que maneja, das cobardias que injecta e das ignorâncias que estimula. A gente olha as imagens da Guerra de Espanha, os toscos documentos fílmicos que nos mostram os miseráveis camponeses da Andaluzia e de Castela antes do sobressalto de 34, e percebe melhor a dimensão do crime franquista. Porém, sessenta anos depois, há milhões em situação equiparável ou pior, e não sabemos nada deles. Na Era da Comunicação, dizem alguns.

A TALHE DE FOICE

Notícias e silêncios

Quem se demore um pouco por estes dias estivais em frente de um televisor a seguir notícias, ou quem seja interrompido no seu doce embalar melómano por um noticiário radiofónico, ou quem folheie um jornal, há-de, mais que em outro tempo qualquer, pensar que este mundo está uma desgraça e que, tirando as desgraças, pouco interesse tem. Há-de parecer que deve existir uma relação directa e secreta entre a falta de notícias retumbantes e o aumento retumbante de catástrofes.

Desabam pontes. Esmagam-se autocarros. Nem o espaço, que se imagina vazio e limpo, escapa. Os cosmonautas - ou serão já astronautas? - da MIR vêm perigar as missões. Mais abaixo, mas não tanto, nas alturas do Peru, um monstro assombra uma aldeia de seiscentos habitantes. Não sabemos se em Loch Ness, na Escócia, o monstro privativo daquele lago escocês já terá feito a sua aparição de estio, mas está na época. Em Nova Iorque, outro monstro, com o nome de «Dow Jones», faz abalar os mercados financeiros e lança o pânico.

Em Portugal, e apesar de os calores terem poupado relativamente as florestas e as populações aos horrores do incêndio, a coisa está feia. As centenas, as pessoas matam-se nas estradas ou desatam aos tiros e à facada. Aumentam assustadoramente, dizem-nos, os casos de hepatite C. Na política, um general mostra, pela palavra escrita, os seus pendores anti-semitas e a sua tolerância para com os criminosos nazis.

Para que uma notícia receba honras de primeira e seja mostrada acentuando-lhe algum carácter positivo, é preciso que fale de milhões.

Quaisquer milhões servem. Comemorando o «centenário dos mosquitos», um matutino fala do congresso mundial, reunido na Índia, no dia que marca a passagem de um século sobre a descoberta da relação entre o estúpido animal e a transmissão de certas doenças, nomeadamente da malária, que mata milhões. Spielberg é o vencedor deste Verão, em Hollywood, com uma sequela jurássica que já vendeu bilhetes arrecadando 435 milhões de dólares. Mais modesto, o Papa foi aguardado em Paris por uma exuberante multidão de centenas de milhares que, dizem, foram lá para assistir à missa.

Trata-se, porém, de um período especial, esta quadra de férias - para quem as pode ter. Outras realidades despontam nas pequenas notícias, como se aguardassem melhores momentos para desabrochar. Daqui a um par de semanas o mundo - e o País - não será igual e o estimado ouvinte, leitor, telespectador pensará ter acordado de uma modorra ou saído de rompante de uma redoma virtual.

Cozinham-se estratégias. A lume brando. Acrescentam-se temperos, sorratamente, para não chocalhar os tachos.

Ainda a fingir que anda a banhos, o Governo vai preparando Setembro, vai agendando procedimentos e regimes, preparando medidas, decretos e propostas.

Diz-se por aí que prepara uma «revolução» no comércio, com os grandes a aplaudir e os mais pequenos a torcer o nariz. As florestas tremem a pensar no que o executivo tem em carteira para impor a ordem. A reforma do Serviço Nacional de Saúde espera pelo final de Agosto para que o «diálogo» impere. Quando o Governo fala - «dialoga» -, a coisa vai mal. Como fica patente no anunciado «aumento» de salários de 2,6 por cento proposto para negociação.

Mas há silêncios, não menos pesados. Que prometem caldinhos ainda mais indigestos. Que prepara o executivo para Bruxelas?

Não falta muito para que as notícias sejam outras, e que as lutas se reacendam, atingindo, muitas, o cerne dos problemas.

No entanto, como diria um sobrinho do pastor Francisco, em Fátima, «o fim do mundo não é para já»...

■ LM

ÚLTIMAS

Administração Pública reclama 6,5 por cento «Tecto psicológico» do Governo repudiado pelos sindicatos

A intenção do Governo de limitar os aumentos salariais para 1998, que fez segunda-feira a manchete do «Diário de Notícias», mereceu pronta condenação da CGTP. Ontem, a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública deu a conhecer a base da sua proposta reivindicativa e voltou a protestar contra manobras que visam condicionar a opinião pública.

A notícia do «DN» afirmava estar já decidido, pelo ministro das Finanças, que, «pela primeira vez, os aumentos salariais serão discutidos numa base abaixo dos três por cento», e situava na casa dos 2,6 por cento os «primeiros números» que o Governo se prepara para levar à Concertação Social.

Salários a perder

Em conferência de imprensa dada segunda-feira à tarde, a CGTP expressou surpresa perante o facto de o rigor colocado na intenção do Governo não ter «equivalência na informação da opinião pública sobre aspectos essenciais para compreender a evolução dos salários». José Ernesto Cartaxo voltou a chamar a atenção para que «todos os dados disponíveis apontam para uma deterioração da situação salarial em termos relativos»:

- «os salários não têm acompanhado o crescimento da produtividade, pelo que a repartição do rendimento é cada vez mais injusta»;

- «Portugal é o país da Comunidade com maiores

desequilíbrios na distribuição do rendimento»;

- «Portugal é um dos países com menor salário mínimo» (recorda-se o caso da vizinha



Os sindicatos preparam a intervenção para conquistar melhores salários (foto de arquivo)

Espanha, onde o salário mínimo é de cerca de 80 contos);

- «os baixos salários mantêm um peso elevadíssimo e constituem um dos principais factores geradores de pobreza»;

- «é desproporcionado o peso dos impostos que incidem sobre os trabalhadores assalariados».

Admitindo como «natural e legítimo que este ou qualquer outro Governo tenha uma política salarial», a CGTP recor-

reu «a utilização abusiva da comunicação social feita pelos governos do PSD, com a intenção de condicionar os aumentos salariais», que sempre mereceu a condenação da central. A Inter também «nunca aceitou a responsabilização dos aumentos salariais pela inflação, invariavelmente feita».

«Como se sabe, o processo foi sempre o de criar um «tecto salarial psicológico», para depois influenciar a negociação

rer a manobras visando condicionar a opinião pública e criar tectos psicológicos, ao avançar com percentagens inaceitáveis, mais de um mês antes do início das negociações». Tal actuação, lembra a Frente Comum, segue-se a «outras manobras de confusão e de diversão recentemente desenvolvidas, quer em torno da questão do salário mínimo, quer da aprovação do diploma enquadrador do subsídio de insalubridade, penosidade e risco».

Adequada resposta

Estas atitudes, «até pelo carácter grosseiro de que se revestem, terão adequada resposta dos trabalhadores e, a curto prazo, virar-se-ão contra o Governo», afirma a estrutura mais representativa do pessoal da Administração Pública.

Preparando a sua intervenção no processo negocial que deverá ter início em Setembro, a Frente Comum apresentou, para discussão nos sindicatos e com os trabalhadores até dia 16, o projecto de proposta reivindicativa que aponta para uma actualização salarial de 6,5 por cento a partir de 1 de Janeiro de 1998.

Este valor foi definido a partir dos princípios que deverão ser privilegiados na negociação: melhoria do poder de compra, justiça social, aproximação aos níveis de vida médios dos trabalhadores europeus e eliminação da diferença entre os valores do salário mínimo nacional e do índice 100 do regime geral da Administração Pública.

Guardando a definição dos valores concretos para o processo negocial de cada sector, a CGTP reafirmou os critérios que devem presidir à determinação de aumentos salariais justos em 1998: o aumento do custo de vida, os ganhos de produtividade, uma distribuição do rendimento nacional mais favorável aos assalariados e a aproximação dos salários portugueses aos que são praticados nos demais países da União Europeia.

Trabalhadores do Gás ameaçam com novas lutas

Os trabalhadores do Grupo GDP - Gás de Portugal - admitem desencadear novas lutas na sequência do rompimento das negociações por parte da Administração.

O incidente ocorreu na manhã de terça-feira quando, após um intervalo pedido pelos represen-

tantes da Administração, estes se recusaram a marcar novo encontro negocial.

Esta atitude foi interpretada pelos trabalhadores como uma manobra da empresa para assim tomar posições unilaterais, o que só poderá agravar o conflito.

As estruturas da CGTP-IN na empresa (FEQUIFA/SIESI), sublinham que têm demonstrado «a máxima boa-fé e total empenhamento na procura de uma solução justa», não hesitando em adoptar novas lutas caso não sejam respeitados os legítimos interesses dos trabalhadores.

FEQUIFA exige inviabilização de negócio com indonésios

Na sequência do contrato celebrado entre a multinacional alemã Hoechst AG e o grupo indonésio Sinivasan, a Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás (FEQUIFA) veio a público na terça-feira exigir que o Governo português inviabilize «a concretização de um «negócio» manchado pelo sangue e o martírio de milhares de timorenses».

Relembrando o consenso nacional na condenação da

invasão do território maubere e da violação dos direitos humanos pelas autoridades indonésias, a federação «condena este pacto de «capitalismo selvagem», manifesta a sua inteira solidariedade ao povo timorense» e afirma que «tudo fará para garantir os postos de trabalho e os direitos dos trabalhadores da Hoechst Fibras».

«Os dolorosos e sangrentos sacrifícios suportados pelo povo de Timor-Leste tornam intolerável qualquer negócio

que, como neste caso, se pretende consumir à custa do seu sofrimento e da sua liberdade», acrescentam os sindicalistas numa nota enviada à comunicação social.

«A Hoechst dispõe de meios e de posições a nível internacional que lhe possibilitam negociar com outros parceiros que não afrontem os direitos do povo timorense e garantam os direitos e os postos de trabalho dos trabalhadores» da empresa, lê-se ainda no comunicado.

